

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4-014-18**

OBJETO: O PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (DESKTOPS, NOTEBOOKS, ACESSÓRIOS, PERIFÉRICOS E PROJETORES), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO PRESENTE **EDITAL** E EM SEUS ANEXOS.

ÍNDICE

- 1) DO OBJETO
- 2) DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA
- 3) DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
- 4) DO CREDENCIAMENTO
- 5) DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
- 6) DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 7) DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA LANCE
- 8) DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 9) DA ACEITABILIDADE DO VALOR OFERTADO
- 10) DA HABILITAÇÃO
- 11) DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
- 12) DOS RECURSOS
- 13) DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
- 14) DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO
- 15) DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
- 16) DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO
- 17) DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO
- 18) DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
- 19) DO REAJUSTE DOS PREÇOS
- 20) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE
- 21) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 22) DA RESCISÃO CONTRATUAL
- 23) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 24) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL

ADENDO I	-	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO I	-	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	-	PLANILHA DE PREÇOS
ANEXO III	-	ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
ANEXO IV	-	FORMULÁRIO PARA CADASTRO DE CONTA CORRENTE DA CONTRATADA

A Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS), por meio de seu **PREGOEIRO** Oficial, designado pela Diretoria Executiva da **POTIGÁS**, conforme Portaria nº 031/2018, de 13 de setembro de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, os termos da **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de Julho de 2002, da **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto Estadual nº 20.103**, de 19 de Outubro de 2007, e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente bem como pelas condições estabelecidas neste **EDITAL** e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (DESKTOPS, NOTEBOOKS, ACESSÓRIOS, PERIFÉRICOS E PROJETORES), conforme especificações e quantitativos constantes no presente **EDITAL** e em seus anexos.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

2.1 - A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do **PREGOEIRO** com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 925880 – PREGÃO Nº 4-014-18

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/10/2018

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): 09:00 h (nove horas)

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecido, salvo comunicação do **PREGOEIRO** em sentido contrário.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas que:

3.1.1 - Atendam às condições e prazos estabelecidos no presente **EDITAL** e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou qualquer processo de cópia autenticada, por Cartório de Notas e Offícios competentes ou por membro da equipe de apoio da Companhia Potiguar de Gás (**POTIGÁS**), à vista dos originais;

3.1.2 - Estejam **HABILITADAS PARCIALMENTE** (habilitação parcial válida) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos da Instrução Normativa - MARE nº 05, de 21 de julho de 1995 e suas alterações, situação esta que será verificada mediante consulta "on line" junto aquele Sistema, na hora da licitação (Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001), com redação dada pelo Decreto nº 4.485/2002, **ou apresente a documentação na forma do Inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002;**

3.1.2.1 - As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, poderão ainda providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Norte –

SEARH/RN, **até o 3º (terceiro) dia útil anterior a data do recebimento das propostas** (Parágrafo Único, do art. 3º do Decreto nº 3.722/2001), modificado pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002.

3.1.3 - Que não estejam sob falência, concordata/recuperação judicial, concurso de credores, dissoluções, liquidações, consórcio de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.1.4 - Não foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

3.1.5 - Não estejam legalmente impedidas de participar de licitação e celebrar contratos com esta Instituição, bem como com a Administração Pública, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, por força de ato da autoridade superior.

3.1.6 - Como requisito para participação neste Pregão, a **LICITANTE** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas neste **EDITAL** e seus Anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação aqui definidos.

3.1.7 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a **LICITANTE** às sanções previstas neste **EDITAL**.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto Estadual nº 20.103/2007), no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2 - Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico, a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o **PREGOEIRO**, os membros da equipe de apoio e os **LICITANTES** que irão participar do presente pregão eletrônico.

4.3 - O credenciamento da **LICITANTE** dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação no presente certame, observado o disposto no item 3.1.2 da Cláusula Terceira desse **EDITAL**, no que couber.

4.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da **LICITANTE** ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (Art. 3º, § 7º, do Decreto Estadual nº 20.103/2007).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1 - A **LICITANTE** será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante (inciso III Art. 11, Decreto Estadual nº 20.103/2007).

5.2 - Incumbirá à **LICITANTE** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inciso IV Art. 11, Decreto Estadual nº 20.103/2007).

5.3 - Em caso de dúvida entre as especificações apresentadas para os produtos descrito no código **CATMAT** do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações exigidas neste **EDITAL**,

prevalecerão as especificações deste último, devendo as LICITANTES assim considerarem quando da elaboração de suas respectivas propostas comerciais.

5.4 - Após a divulgação deste EDITAL no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, os LICITANTES deverão encaminhar proposta comercial, com a descrição do objeto ofertado e preço em valores **unitários** de cada item, além do respectivo anexo (se for o caso), até a data e hora marcadas para abertura da respectiva sessão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, por intermédio do sítio supracitado, quando então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas.

5.5 - A proposta e seu(s) anexo(s) não poderá(ão) conter qualquer dado que identifique o LICITANTE, seja no corpo do documento, no cabeçalho, rodapé ou no título do arquivo eletrônico.

5.6 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do LICITANTE.

5.7 - Para participação no presente pregão eletrônico, o LICITANTE deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.8 - Até a abertura da sessão pública, os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.9 - As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão declarar, em campo próprio do Sistema, no ato de envio de sua proposta, que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

5.10 - As LICITANTES deverão considerar, em suas respectivas propostas de preços ofertadas, as seguintes informações:

5.10.1 - Os Impostos sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) serão considerados no critério de julgamento das propostas, uma vez que a CONTRATANTE é contribuinte de ICMS. Isto remete as LICITANTES a considerarem que, sobre os preços dos seus produtos ofertados, incidirá a alíquota interna do imposto vigente no Estado do Rio Grande do Norte, caso a operação ou prestação seja interna, ou da aplicação da alíquota interestadual **do imposto vigente no Estado de origem**, caso a operação ou prestação seja interestadual, segundo reza o art. 155 2º, VII, "a", da Constituição Federal e as Leis Estaduais 8.966 (de 21/06/2007) e 21.034 (de 21/02/2009). As LICITANTES devem informar, em campo apropriado no sistema Comprasnet, quando da elaboração de suas propostas comerciais, os seguintes dados:

- I) O preço total da mercadoria;
- II) O Valor e a alíquota do ICMS incidentes sobre a operação ou prestação; e
- III) O preço líquido da mercadoria.

5.10.1.1 - Considerando que cabe à CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento da diferença entre as alíquotas do ICMS da Unidade Federada de origem e do Rio Grande do Norte, visando definir a proposta mais vantajosa, será aplicada automaticamente pelo sistema uma equalização nos valores das propostas ou lances apresentados por fornecedores de outros Estados.

5.10.1.1.1 - Os fatores de equalização decorrem da aplicação da fórmula abaixo:

$$\text{FATOR DE EQUALIZAÇÃO} = 1 + \frac{(18 - \text{ICMS de origem})}{100}$$

$$\text{VALOR FINAL DA PROPOSTA} = \text{VALOR DO LANCE} \times \text{FATOR DE EQUALIZAÇÃO}$$

5.10.2 - O disposto neste item não se aplica a contribuintes inscritos no Simples Nacional, em razão da vedação do destaque de ICMS nas operações de saídas de produtos ou serviços efetuadas pelo beneficiário desse regime, salvo na hipótese de devolução de mercadorias tributadas na operação original.

5.10.3 - As **LICITANTES** devem considerar em suas propostas comerciais todos os custos e despesas, diretos e indiretos, tais como tributos (ISS, PIS, COFINS, etc.), encargos (sociais, trabalhistas e fiscais), taxas, seguros, transportes, fretes, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.11 - Os valores ofertados pelas **LICITANTES** deverão estar de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$) e conforme as quantidades descritas no **Anexo II (PLANILHA DE PREÇOS)**, e as especificações técnicas dos produtos ofertados na proposta deverão atender as especificações constantes no presente **EDITAL**, conforme estabelece o **art. 56 da Lei Federal nº 13.303/2016**.

5.12 - A apresentação da (s) proposta (s) implicará plena aceitação, por parte da **LICITANTE**, das condições estabelecidas neste **EDITAL** e seus Anexos.

5.13 - As propostas comerciais serão consideradas válidas por um prazo não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação;

5.14 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente **EDITAL** e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

6.1 - A partir das **09:00 horas**, horário de Brasília/Distrito Federal, do dia **01/10/2018**, e em conformidade com as condições estabelecidas neste **EDITAL**, terá início à sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 4-014-18**, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, conforme este **EDITAL** e de acordo com o Decreto Estadual nº 20.103/2007.

7. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA LANCE:

7.1 - O **PREGOEIRO** verificará as propostas apresentadas, por meio eletrônico, desclassificando, em regra, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente **EDITAL**, principalmente no que concerne às especificações exigidas. Também serão desclassificadas as propostas omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis. As propostas que atenderem todas as exigências deste **EDITAL** serão classificadas para a etapa de oferta de lances.

7.1.1 - Considerando que, para fins do Sistema Eletrônico, as propostas registradas tornar-se-ão os primeiros lances das **LICITANTES**, caso seja identificada alguma desconformidade com o instrumento convocatório, o **PREGOEIRO** analisará, caso a caso, a fim de verificar a ocorrência de erros e, caso existam, se são de natureza sanável.

7.1.2 - Na hipótese de o erro ser sanável durante a fase de lances, o **PREGOEIRO** cientificará, via chat, todas as **LICITANTES** logadas, sobre o problema detectado, fazendo referência ao valor registrado, já que o Sistema Eletrônico não possibilita a identificação da **LICITANTE**, de forma que todas as participantes não se deixem influenciar pelo erro e possam registrar seus lances levando em conta, unicamente, sua condição comercial.

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES:

8.1 - Iniciada a etapa competitiva, os **LICITANTES** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o **LICITANTE** imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 - Os **LICITANTES** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste **EDITAL**.

8.2.1 - O critério de Julgamento das Propostas Comerciais no presente certame é o de MENOR PREÇO POR LOTE. No entanto, os Lances serão ofertados pelos LICITANTES, no Sistema COMPRASNET, considerando o preço unitário de cada item e o próprio sistema realizará as multiplicações das respectivas quantidades pelos respectivos valores unitários ofertados e o somatório dos resultados destas operações, para se chegar ao valor total do respectivo LOTE/GRUPO.

8.3 - O **LICITANTE** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os **LICITANTES** serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais **LICITANTES**, vedada a identificação do detentor do lance.

8.5.1 - Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o **PREGOEIRO** e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da **LICITANTE** durante a sessão pública, o que é proibido pelas normas.

8.6 - No caso de desconexão do **PREGOEIRO**, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos **LICITANTES**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 - O **PREGOEIRO**, quando possível, dará continuidade à sua atuação neste certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8 - Quando a desconexão do **PREGOEIRO** persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada, mediante comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação (www.comprasgovernamentais.gov.br).

8.9 - A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão do **PREGOEIRO** e em seguida o sistema eletrônico encaminhará o **AVISO** de fechamento iminente dos lances, que terá duração máxima de **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo próprio sistema, e, findo este prazo aleatório, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.10 - Encerrada a etapa de lances, o **PREGOEIRO** examinará a proposta classificada em **primeiro lugar** quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do **LICITANTE** conforme disposições deste **EDITAL**.

8.10.1 - Os documentos a serem apresentados para cumprimento das exigências de habilitação são os relacionados no item 10 deste **EDITAL**.

8.11 - Em regra, não será admitida a desistência da proposta/lance, após o INÍCIO ou o ENCERRAMENTO da fase de lances.

8.11.1 - **EXCEPCIONALMENTE**, após o ENCERRAMENTO da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo, devidamente comprovado pela **LICITANTE**, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo **PREGOEIRO**.

8.11.2 - Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem 8.11.1 acima, a **LICITANTE DESISTENTE** ficará sujeita a aplicação das sanções previstas no item 21 deste **EDITAL**.

8.11.3 - O não encaminhamento da documentação afeta a proposta, no prazo fixado no item 9.6 do **EDITAL**, após a convocação pelo **PREGOEIRO**, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.

8.12 - Após o encerramento da etapa de lances ou depois de verificada a conformidade entre a proposta e as especificações técnicas solicitadas para o objeto, por parte da área técnica, o **PREGOEIRO** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à **LICITANTE** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste **EDITAL**.

8.12.1 - Caso o lance vencedor esteja com valor acima do estimado para contratação do LOTE/GRUPO, a **LICITANTE** será convocada, pelo “chat” do sistema, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo **PREGOEIRO**, a proposta da **LICITANTE** será recusada pelo **PREGOEIRO**, sendo convocada a próxima colocada para a negociação.

8.12.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **LICITANTES**.

8.13 - Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para o objeto.

8.14 - Será assegurada nesta licitação, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em conformidade com os critérios estabelecidos no Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.14.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou **até 5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada (Art. 44 §1º e §2º, Lei Complementar nº 123/2006).

8.15 - Após o encerramento da fase de lances, o Sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e das demais Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na ordem de classificação.

8.15.1 - A proposta que se encontrar na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima do valor do melhor lance estará empatada com a primeira colocada. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte terá o direito, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, para o desempate, sob pena de preclusão (§ 3º, Inciso III, Art.45, Lei Complementar nº 123/2006).

8.15.2 - É de responsabilidade da **LICITANTE** a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação.

8.16 - Caso sejam identificadas propostas de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa dos 5% (cinco por cento) da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando, automaticamente, a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.17 - Na hipótese em que nenhuma das **LICITANTES** exerça seu direito de preferência previsto acima ou comprove o preenchimento dos requisitos elencados na Lei Complementar nº 123/2006, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico, sem prejuízo das sanções cabíveis em razão do registro de declaração/manifestação falsa.

9. DA ACEITABILIDADE DO VALOR OFERTADO:

9.1 - O **PREGOEIRO** decidirá sobre aceitação dos preços obtidos de acordo com o valor do respectivo LOTE/ ITEM.

9.2 - Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o **PREGOEIRO** divulgará o resultado de julgamento das propostas.

9.3 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste **EDITAL**, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor, o **PREGOEIRO** anunciará o **LICITANTE** vencedor de cada LOTE/ ITEM.

9.4 - Se o lance de menor valor não for aceitável ou se o **LICITANTE** desatender às exigências habilitatórias, o **PREGOEIRO** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste **EDITAL**.

9.5 - Nesta fase, também é de suma importância que os **LICITANTES** permaneçam conectados para facilitar a negociação quando necessário, conforme art. 23, § 9º, Decreto Estadual nº 20.103/2007.

9.6 - A proposta comercial assinada e digitalizada da **LICITANTE** vencedora, contendo as especificações detalhadas do objeto, deverá ser formulada e enviada, **atualizada em conformidade com o último lance ofertado**, num prazo **máximo de 02 (duas) horas** após o encerramento da etapa de lances, por convocação do **PREGOEIRO** pelo Sistema COMPRASNET (“**Convocação de anexo**”).

9.6.1 - A proposta comercial assinada e digitalizada também poderá ser remetida por meio de mensagem para o e-mail pregao@potigas.com.br, nos casos de solicitação do **PREGOEIRO**, para fins de agilizar o envio da documentação à área técnica desta Companhia, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, ou de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico do COMPRASNET, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “**Convocar anexo**”, de forma que a documentação seja inserida no **Sistema Eletrônico** e, assim, fique à disposição das demais **LICITANTES**.

9.6.2 - Dentro do prazo de **02 (duas) horas**, previsto no item 9.6, poderão ser remetidos, por iniciativa da **LICITANTE**, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua Proposta de Preços. Na hipótese da proposta já ter sido incluída no Sistema Eletrônico, faz necessário que a **LICITANTE** formalize ao **PREGOEIRO**, via mensagem (e-mail), o desejo de envio de nova documentação. Nesse caso, o **PREGOEIRO** fará novo uso da funcionalidade “**Convocar anexo**”.

9.6.3 - A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as **LICITANTES**, após transcorrido o prazo de **02 (duas) horas**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (**salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência**), sendo realizado, pelo **PREGOEIRO**, o registro da não aceitação da proposta, e a convocação da próxima **LICITANTE**.

9.6.4 - Na hipótese prevista no subitem 9.6.1, a documentação remetida via mensagem (e-mail) deverá corresponder exatamente àquela inserida no Sistema Eletrônico. O envio de documento não inserto no Sistema Eletrônico resultará na desconsideração do mesmo, para fins de análise por parte da área técnica da POTIGÁS, salvo na hipótese de pedido expresso da **LICITANTE**, formalizado via e-mail (pregao@potigas.com.br) dentro do prazo de **02 (duas) horas**, para a inclusão de tal documentação, situação na qual será aplicado o mesmo procedimento previsto no subitem 9.6.2, qual seja, o novo uso, pelo **PREGOEIRO**, da funcionalidade “**Convocar anexo**”.

9.6.5 - Os originais deverão ser encaminhados ao **PREGOEIRO** do presente certame, no escritório da POTIGÁS, situado na Avenida das Brancas Dunas, 485 – Candelária – Natal/RN (CEP 59.064-720), no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação, realizada pelo **PREGOEIRO** no “chat” do sistema COMPRASNET.

9.6 - A **LICITANTE** deverá encaminhar os seguintes documentos, junto com sua proposta técnica comercial:

9.6.1 - Catálogos técnicos, literatura especializada, informações sobre matérias primas, características técnicas, procedimentos de produção, armazenamento e preservação dos materiais, dentre outros documentos técnicos requisitados e informações que sejam necessárias e suficientes para que se caracterize que os materiais fornecidos atendem às normas especificadas em características, qualidade e dimensões.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, a **LICITANTE** detentora da melhor proposta ou lance encaminhará a **documentação assinada e digitalizada** referente à habilitação, no **prazo máximo de 02 (duas) horas**, por **convocação do PREGOEIRO pelo Sistema Eletrônico (“Convocação de anexo”)**.

10.1.1 - A documentação assinada e digitalizada referente à habilitação também poderá ser remetida por meio de mensagem para o e-mail pregao@potigas.com.br, nos casos de solicitação do **PREGOEIRO**, para fins de agilizar o envio da documentação, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, ou de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta última hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “Convocar anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais **LICITANTES**.

10.1.2 - Dentro do prazo de **02 (duas) horas**, previsto no item 10.1, poderão ser remetidos, por iniciativa da **LICITANTE**, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos a sua documentação de habilitação. Na hipótese de já ter sido incluída no Sistema Eletrônico, faz necessário que a **LICITANTE** formalize ao **PREGOEIRO**, via mensagem (e-mail), o desejo de envio de nova documentação. Nesse caso, o **PREGOEIRO** fará novo uso da funcionalidade “**Convocar anexo**”.

10.1.3 - A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as **LICITANTES**, após transcorrido o prazo de **02 (duas) horas**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da documentação de habilitação ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (**salvo**

aqueles que vierem a ser requeridos por diligência), sendo realizado, pelo **PREGOEIRO**, o registro da inabilitação, e a convocação da próxima **LICITANTE**.

10.1.4 - A documentação remetida via mensagem (e-mail) deverá corresponder exatamente àquela inserida no Sistema Eletrônico. O envio de documento não inserto no Sistema Eletrônico resultará na desconsideração do mesmo, para fins de análise por parte da POTIGÁS, salvo na hipótese de pedido expresso da **LICITANTE**, formalizado via e-mail (pregao@potigas.com.br) dentro do prazo de **02 (duas) horas**, para a inclusão de tal documentação, situação na qual será aplicado o mesmo procedimento previsto no subitem 10.1.2, qual seja, o novo uso, pelo **PREGOEIRO**, da funcionalidade **“Convocar anexo”**.

10.1.5 - Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por funcionário da POTIGÁS, devidamente qualificado, ou por Cartório competente, devendo ser encaminhados ao **PREGOEIRO** do presente certame, no escritório da POTIGÁS, situado na Avenida das Brancas Dunas, 485 – Candelária – Natal/RN (CEP 59.064-720), no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação, realizada pelo **PREGOEIRO** no “chat” do sistema COMPRASNET.

10.2 - A habilitação do **LICITANTE** vencedor será verificada em tempo real ("on line") no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), após a análise e julgamento da proposta de preços.

10.2.1 - As **LICITANTES** que, embora cadastradas no SICAF, estejam com situação irregular neste Sistema, poderão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos dados vencidos ou não atualizados.

10.3 - Deverão ser encaminhadas/anexadas, sem prejuízo da possibilidade de serem obtidos por meio de consulta *online*, as seguintes documentações complementares ao **SICAF**:

10.3.1 - Relativamente à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** da **LICITANTE**:

10.3.1.1 - Prova de **registro comercial**, no caso de empresa individual, contendo, em seu objeto social, a atividade compatível ao ramo, concernente ao objeto do presente pregão;

10.3.1.2 - **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** (com respectivas alterações posteriores) em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou civis e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades meio, de acordo com o ramo objeto desta licitação.

10.3.2 - Relativamente à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** da **LICITANTE**:

10.3.2.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), documento extraído da Base de Dados do Sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil discriminando o(s) Código(s) CNAE;

10.3.2.2 - Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, através de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, de acordo com a **Lei Federal nº12.440/2011** e **Resolução Administrativa nº 1.470/2011** do TST, emitida através do site <http://www.tst.jus.br/certidao>.

10.3.3 - Relativamente à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** da **LICITANTE**:

10.3.3.1 - **Certidão negativa de falência ou concordata/recuperação judicial** expedida pelo cartório distribuidor da Sede da pessoa jurídica.

10.3.4 - Relativamente à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL** da **LICITANTE**:

10.3.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto deste Pregão, mediante apresentação de **Atestado ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa**, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que a **LICITANTE** já forneceu produtos igual, similares ou equivalentes às dos objetos desta licitação, na forma do disposto no **inciso II do Artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.3.4.1.1 - A comprovação de que trata o item 10.3.4.1 acima dar-se-á por intermédio da apresentação de atestados ou declarações devidamente autenticados, emitidos pela respectiva contratante, devendo conter as seguintes informações:

- Valor do contrato;
- Escopo do contrato;
- Nome da(s) **CONTRATADA(s)**;
- Percentual de participação de cada empresa, no caso de Consórcio;
- Escopo de cada Consorciado, se for o caso; e
- Data de Início e conclusão dos fornecimentos.

10.3.4.1.2 - Entende-se, para fins deste **EDITAL**, como pertencente ao quadro permanente do **LICITANTE**, o sócio, o administrador, o diretor, o empregado devidamente registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços, com **CONTRATO** escrito firmado com o **LICITANTE**;

10.3.4.2 - As demais documentações relativas à **Capacidade Técnico-Operacional**, constarão no Termo de Referência (Anexo I deste **EDITAL**), caso seja necessário.

10.4 - A **Declaração de Ciência do EDITAL**, a **Declaração de Inexistência de fato Superveniente Impeditivo de sua Habilitação**, a **Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade**, a **Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado** e a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** serão disponibilizadas mediante preenchimento de campo específico do sistema eletrônico "COMPRASNET".

10.5 - As microempresas e empresas de pequeno porte definidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).

10.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a **LICITANTE** for declarada a vencedora deste certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa (§ 1º Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).

10.5.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei Federal nº 13.303/2016**, sendo facultado à Administração convocar os **LICITANTES** remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§ 2º Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).

10.6 - Disposições gerais da habilitação:

10.6.1 - Os documentos necessários à habilitação que não estejam contemplados no **SICAF**, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser anexados no **Sistema Eletrônico**

("Convocação de anexo") ou enviados via e-mail, no prazo definido neste **EDITAL**, após solicitação/convocação do **PREGOEIRO** no sistema eletrônico.

10.6.1.1 - Os documentos e anexos exigidos, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos neste **EDITAL**.

10.6.2 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente **EDITAL** e seus anexos.

10.6.3 - Serão inabilitadas as empresas que não atenderem aos itens 3 e 10 do presente **EDITAL**.

10.6.4 - Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa **LICITANTE** e com indicação do número do CNPJ e endereço.

10.6.4.1 - Se o **LICITANTE** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

10.6.4.2 - Se o **LICITANTE** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

10.6.4.3 - Caso a participação neste procedimento se dê por um estabelecimento e a execução contratual por outro da mesma empresa (Matriz/Filiais), a habilitação dar-se-á por ambos.

10.6.4.4 - Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

11.1 - Qualquer cidadão poderá, até ***02 (dois) dias úteis*** antes da data fixada para abertura da sessão pública, impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, por meio eletrônico, via internet, ou por outro meio formal de comunicação (Art. 16, do Decreto Estadual nº 20.103/2007).

11.1.1 - As impugnações, deverão ser manifestadas por escrito, disponibilizadas através do endereço eletrônico pregao@potigas.com.br, em face da obrigatoriedade da publicação, no sítio: www.comprasgovernamentais.gov.br, do pedido de impugnação juntamente com a decisão emitida pelo **PREGOEIRO** e/ou pelos setores responsáveis pela elaboração do **EDITAL** e seus anexos.

11.1.2 - As impugnações também poderão ser protocolizadas, dirigidas ao **PREGOEIRO**, no horário de 08h às 12h e 13h às 17h, em dias úteis, no escritório da POTIGÁS, situado na Avenida das Brancas Dunas, 485 – Candelária – Natal/RN (CEP 59.064-720).

11.2 - Caberá ao **PREGOEIRO**, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração da especificação do objeto do **EDITAL** e seus anexos e pela Assessoria Jurídica da Companhia, decidir sobre a impugnação.

11.3 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente **EDITAL** a **LICITANTE** que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes neste **EDITAL**, até o ***segundo dia útil*** que anteceder à data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso deste certame.

11.4 - A impugnação feita tempestivamente pela **LICITANTE** não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização deste certame.

11.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao **PREGOEIRO**, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico (via internet), pelo endereço pregao@potigas.com.br (Art. 17, do Decreto Estadual nº 20.103/2007).

11.7 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do seguinte link: <https://portallogistica.nuvem.gov.br/index.php/consultass?layout=edit&id=726> > PREGÕES > AGENDADOS, para conhecimento das **LICITANTES** e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

12. DOS RECURSOS:

12.1 - Declarado o vencedor, qualquer **LICITANTE** poderá, durante a sessão pública, **de forma imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais **LICITANTES**, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (Art. 24, do Decreto Estadual nº 20.103/2007).

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do **LICITANTE** quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o **PREGOEIRO** autorizado a adjudicar o objeto ao **LICITANTE** declarado vencedor (Art. 24, § 1º, do Decreto Estadual nº 20.103/2007).

12.3 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 20.103/2007).

12.4 - Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do **LICITANTE**, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais **LICITANTES**, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico em formulários próprios, salvo quando não for possível por motivo devidamente comprovado, devendo ser escritos e entregues em duas vias, originais, e protocolizadas na sede da **CONTRATANTE**, até às **17 horas** do dia em que se encerra o prazo, devendo, ainda, serem enviadas através do e-mail pregao@potigas.com.br.

12.5 - Não serão dados como conhecidos pelo **PREGOEIRO** os recursos interpostos sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e fora dos respectivos prazos legais, enviados por e-mail, bem como os que não contiverem a identificação e assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

12.6 - O recurso contra a decisão do **PREGOEIRO** não terá efeito suspensivo (Art. 11, XVIII, do Decreto nº 3.555/00).

12.7 - A decisão do **PREGOEIRO** deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade superior responsável pela licitação.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

13.1 - A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo **PREGOEIRO** e efetivada, quando não houver recurso.

13.2 - A homologação será efetivada pela Diretoria Executiva da **CONTRATANTE** e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à **LICITANTE** vencedora, pelo **PREGOEIRO**, ou, quando houver recurso hierárquico, pela referida Diretoria Executiva (Art. 25, caput do Decreto 20.103/2007).

14. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

14.1 - Após homologado o resultado deste Pregão, a Companhia Potiguar de Gás (**POTIGÁS**), convocará a **LICITANTE** vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, no prazo de **05 (cinco) dias úteis a contar da convocação** para a celebração do mesmo, sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **EDITAL**.

14.1.1 - O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, conforme previsto no § 1º, do art. 75, da Lei Federal nº 13.303/2016.

14.2 - O **CONTRATO** será firmado entre a Companhia Potiguar de Gás (**POTIGÁS**) e a empresa vencedora da licitação, o qual consignará os direitos e obrigações das partes e instrumento que faz parte integrante e complementar deste **EDITAL**, independente de transcrição.

14.3 - Constam do modelo da minuta de **CONTRATO** que compõe o **ADENDO I** deste **EDITAL**, as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes de acordo com o Título II, Capítulo II da **Lei Federal nº 13.303/2016** e suas alterações.

14.4 - É facultado à Companhia Potiguar de Gás (**POTIGÁS**), quando o convocado não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os **LICITANTES** remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

14.5 - Decorridos **60 (sessenta) dias consecutivos** da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os **LICITANTES** liberados dos compromissos assumidos.

14.6 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os produtos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste **EDITAL**, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste **EDITAL**.

14.7 - Quem for convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o **CONTRATO**, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ou apresentar falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do **CONTRATO**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em **EDITAL** e no **CONTRATO** e das demais cominações legais, conforme determina o CAPUT, do art. 26, Decreto Estadual nº 20.103, de 19/10/2007 e o Art. 7 da Lei Federal nº 10.520/2002.

14.8 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

15. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

15.1 - A execução do **CONTRATO**, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas contratuais, pelo disposto na **Lei Federal nº13.303/2016** e pelos preceitos de direito privado.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO:

16.1 - A vigência do **CONTRATO** e as condições de recebimento do objeto desta licitação estão estabelecidas na minuta do **CONTRATO** e seus anexos (Adendo I deste **EDITAL**).

17. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

17.1 - As condições e formas de pagamento estão estabelecidas na minuta do **CONTRATO** e seus anexos (Adendo I deste **EDITAL**).

18. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

18.1 - As condições para alteração contratual estão estabelecidas na minuta do **CONTRATO** e seus anexos (Adendo I deste **EDITAL**).

19. DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

19.1 - As condições reajuste dos preços estão estabelecidas na minuta do **CONTRATO** e seus anexos (Adendo I deste **EDITAL**).

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

20.1 - As obrigações da **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE** estão estabelecidas na minuta do **CONTRATO** e seus anexos (Adendo I deste **EDITAL**).

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1 - Se no decorrer da **sessão pública da licitação** do presente **EDITAL**, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a **LICITANTE**, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 83 e 84, da Lei Federal n.º 13.303/2016, poderá sofrer as seguintes penalidades:

21.1.1 - **MULTA de até 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela **LICITANTE** DESISTENTE devidamente atualizado, na hipótese de **DESISTÊNCIA INJUSTIFICADA DO LANCE**, após o ENCERRAMENTO da fase de lances, conforme previsto nos subitens 8.11, 8.11.1, 8.11.2 e 8.11.3 deste **EDITAL**, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no subitem 14.7 deste **EDITAL**;

21.1.2 - **MULTA de até 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total da proposta ou lance final ofertado devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 83, da Lei n.º 13.303/2016, na hipótese de **RECUSA INJUSTIFICADA DA LICITANTE VENCEDORA EM ASSINAR O CONTRATO**, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas.

21.2 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o **CONTRATO**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos **LICITANTES** remanescentes de que trata o subitem 14.4 do respectivo **EDITAL**.

21.3 - As sanções administrativas que poderão ser aplicadas durante a **execução do objeto** do presente **EDITAL**, estão estabelecidas na minuta do **CONTRATO** e seus anexos (Adendo I deste **EDITAL**).

22. DA RESCISÃO CONTRATUAL:

22.1 - As condições para rescisão contratual estão estabelecidas na minuta do **CONTRATO** e seus anexos (Adendo I deste **EDITAL**).

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

23.1 - Os recursos financeiros ao atendimento deste Pregão são oriundos de receita própria da POTIGÁS, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício 2018 da Companhia, na conta “**PO 2018-2022 - INVESTIMENTOS – Item 2.2 (INFORMÁTICA, SOFTWARES E HARDWARES)**”.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 - É facultada ao **PREGOEIRO** ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.2 - Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.3 - Qualquer modificação no presente **EDITAL** será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta (Art. 18, do Decreto Estadual nº 20.103/2007).

24.4 - As **LICITANTES** assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **CONTRATANTE** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.5 - As **LICITANTES** são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.6 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo **PREGOEIRO**.

24.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste **EDITAL** e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **CONTRATANTE**.

24.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do **LICITANTE**, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

24.9 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro **CONTRATO**.

24.10 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições da legislação vigente e pertinente à matéria.

24.10.1 - Os casos omissos serão resolvidos pelo **PREGOEIRO**, de acordo com a **Lei Federal nº 10.520/2002**, subsidiada pela **Lei Federal nº13.303**, de 30 de junho de 2016 e pelo **Decreto Estadual nº 20.103**, de 19 de

outubro de 2007 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

24.11 - Em caso de divergência entre as especificações do objeto inseridas no Sistema SIASG e as deste **EDITAL** e seus anexos, prevalecerão as constantes nestes últimos.

24.12 - Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas, ou, interpretações do presente **EDITAL** e seus Anexos deverão ser encaminhados, ao **PREGOEIRO**, ***até três dias úteis anteriores*** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço pregao@potigas.com.br.

24.13 - As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

24.14 - Endereço para envio das documentações: Sede da **POTIGÁS**, situada na Avenida das Brancas Dunas, nº 485 – Candelária – Natal/RN (CEP 59.064-720).

24.15 - Este **EDITAL** será disponibilizado a qualquer interessado, na Sede da Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS), situada no endereço descrito no item acima, ou ainda nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br, www.potigas.com.br e www.rn.gov.br.

24.16 - As **LICITANTES**, após a publicação oficial deste **EDITAL**, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 24.15, das eventuais republicações e/ou retificações de **EDITAL**, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

24.17 - Integram este **EDITAL**, para todos os fins e efeitos, a respectiva Minuta de Contrato (**Adendo I**) e os demais anexos do contrato.

24.18 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à execução do objeto do presente certame pela Administração.

24.19 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **EDITAL** e seus anexos, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Natal/RN, ____ de _____ de 2018.

PREGOEIRO(A) DESIGNADO(A),

Fábio Ronaldo Barbosa Vilar de Queiroz
Gerente de Tecnologia da Informação

Wilbert de Souza Queiroz
PREGOEIRO

ADENDO I
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (DESKTOPS, NOTEBOOKS, ACESSÓRIOS, PERIFÉRICOS E PROJETORES), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO PRESENTE CONTRATO E EM SEUS ANEXOS.

A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS), sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida das Brancas Dunas, 485 - Edifício Antares - Candelária – Natal/RN (CEP 59.064-720), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA VENCEDORA DO PREGÃO ELETRÔNICO>**, com Sede na, inscrita no CNPJ sob o nº....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com a **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de julho de 2002, **Decreto Estadual nº20.103**, de 19 de outubro de 2007, **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo **EDITAL**, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - O presente **CONTRATO** tem por objeto o fornecimento de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (DESKTOPS, NOTEBOOKS, ACESSÓRIOS, PERIFÉRICOS E PROJETORES), conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO:

2.1 - A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, homologação e adjudicação do **Pregão Eletrônico nº 4-014-18**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

2.2 - Integram e complementam este termo de **CONTRATO**, no que não o contraria, ato convocatório, a proposta da **CONTRATADA** e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação de que trata o item anterior.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 - Os recursos financeiros ao atendimento deste **CONTRATO** são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do exercício de 2018-2022 da Companhia, na conta “**PO 2018-2022 - INVESTIMENTOS – Item 2.2 (INFORMÁTICA, SOFTWARES E HARDWARES)**”.

4 - CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1 - A vigência do presente **CONTRATO** é de **90 (noventa) dias**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo de aditamento contratual, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATADO:

5.1 - A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pela execução do objeto contratado, o valor total de **R\$ XX.XXX,XX ()**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.

5.2 - O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos produtos serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

5.3 - Na elaboração da proposta foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre os produtos, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS:

6.1 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura deste **CONTRATO**. Caso o respectivo instrumento contratual tenha a sua vigência prorrogada, a **CONTRATADA** fará jus ao reajuste dos preços contratados, observado o período estipulado acima, pela variação verificada no Índice Geral de Preços no Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro que venha a substituí-lo.

6.1.1 - O fator final de reajustamento deverá ser aplicado com 4 (quatro) casas decimais, sem arredondamento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS:

7.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

7.2 - A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços individuais dos produtos da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

7.3 - A **CONTRATADA**, caso solicitado pela **CONTRATANTE**, apresentará, a cada 15 dias, um relatório de acompanhamento dos processos de fornecimento (Programações de Entrega) dos materiais encomendados por esta última, o qual deverá constar, para cada Autorização de Fornecimento (AF) contratada, entre outras informações: quantidades encomendadas, etapas de fabricação, posicionamento do material pronto para despacho, quantidade despachada, a última nota fiscal com sua data e o destino indicado pela POTIGÁS, bem como o cronograma de todo o processo de fabricação dos lotes contratados.

7.4 - A **CONTRATANTE** poderá, dentro da vigência do **CONTRATO**, emitir e encaminhar à **CONTRATADA**, as AF's correspondentes a, no máximo, o valor total do **CONTRATO**.

7.5 - A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério exclusivo, dividir a entrega dos materiais em vários lotes, de acordo com a sua necessidade de consumo de material, devendo cada lote ser alvo de AF específica.

7.6 - A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em **dias úteis**, nos horários de 08:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas, sede da POTIGÁS, situada na Av. Das Brancas Dunas, nº 485, Candelária, Natal/RN, CEP 59.064-720, ou em outros locais, localizados em qualquer ponto do Estado do Rio Grande do Norte, caso esta última assim determine, nestes mesmos horários, devendo o objeto ser recebido e conferido pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** e atestado pelo setor competente.

7.7 - O transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais objeto do presente **CONTRATO**, bem como os custos e eventuais danos ocasionados nestes materiais ou em terceiros em decorrência destas movimentações, serão da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.7.1 - Da mesma forma se responsabilizará a **CONTRATADA** pelo transporte, carregamento e descarregamento dos materiais devolvidos, quando estes forem reprovados pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, devido a defeito de fabricação ou danos verificados nos mesmos.

7.8 - O prazo máximo de entrega dos materiais, relativos a cada AF, emitida pela **CONTRATANTE**, será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data do recebimento da AF correspondente, pela **CONTRATADA**.

7.9 - O prazo de entrega, para os casos de reposição de materiais, reprovados pela Fiscalização da **CONTRATANTE**, é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data da emissão da respectiva Nota Fiscal, emitida por esta última, referente aos materiais devolvidos.

7.10 - A **CONTRATANTE** poderá **CANCELAR** o fornecimento de materiais reprovados pela **FISCALIZAÇÃO**, não tendo a obrigação de solicitar a sua substituição.

7.11 - A **CONTRATADA** informará a previsão da entrega do material, objeto do presente **CONTRATO**, **02 (dois) dias úteis** antes da sua efetivação, e deverá confirmar, via e-mail, no próprio dia do despacho, o carregamento do material a ser enviado.

7.12 - A **CONTRATADA** poderá armazenar em suas dependências, em até **10 (dez) dias úteis**, sem ônus para a **CONTRATANTE**, materiais produzidos e solicitados por AF, cuja liberação para entrega não tenha sido autorizada por esta última.

7.13 - A **CONTRATANTE** poderá vir a suspender a(s) entrega(s) de materiais programada(s), desde que o processo de fabricação não tenha sido iniciado ou ainda no caso em que a **CONTRATADA** não tenha encomendado a matéria prima correspondente. No caso de a matéria prima já ter sido encomendada ou recebida pela **CONTRATADA**, as partes poderão, de comum acordo, considerar tal suspensão, de modo que tal encomenda possa ser cancelada ou redirecionada para outra finalidade.

7.14 - Os prazos de fornecimento, indicados pela **CONTRATANTE**, poderão ser alterados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

7.15 - As notas fiscais, emitidas pela **CONTRATADA**, deverão referenciar o número deste **CONTRATO** e da respectiva AF, emitidos pela **CONTRATANTE**.

7.16 - O recebimento e aceitação dos materiais pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no presente **CONTRATO** e em seus anexos, bem como na proposta comercial da **CONTRATADA**, posteriormente verificados.

7.17 - A **CONTRATADA** deverá prestar todo suporte técnico necessário a dirimir qualquer questionamento feito pela **CONTRATANTE**, relacionado ao objeto deste **CONTRATO**, devendo fornecer, sempre que solicitado por esta última, os seguintes documentos:

- a) Catálogos técnicos, literatura especializada, informações sobre matérias primas, características técnicas, procedimentos de produção, armazenamento e preservação dos materiais, dentre outros documentos técnicos requisitados e informações que sejam necessárias e suficientes para que se caracterize que os materiais fornecidos atendem às normas especificadas em características, qualidade e dimensões.

7.17.1 - A **CONTRATADA** deverá, após a conclusão da entrega de materiais relativa à determinada AFM emitida pela **CONTRATANTE**, fornecer o respectivo “Data Book” do fornecimento, incluindo os certificados de matérias primas, testes e ensaios realizados nos materiais, dentro do escopo do **CONTRATO** de fornecimento, constando também os romaneios e relatórios de inspeção de liberação para embarque que venham a ser eventualmente emitidos pela **CONTRATANTE**.

7.18 - A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade dos materiais objeto do presente **CONTRATO**, pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, após a entrada dos mesmos, quando estes estiverem em operação, ou de **18 (dezoito) meses**, contados da data de entrega, quando não estiverem em operação, prevalecendo o que ocorrer primeiro, bem como encaminhar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, os seguintes documentos:

- a) Certificados de qualidade ou declaração do fabricante onde esteja indicado expressamente que os materiais foram fabricados e obedecem rigorosamente à norma ABNT ou equivalente internacional;
- b) Declaração garantindo a qualidade dos materiais fornecidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses após a entrada dos mesmos em operação.

7.18.1 - A garantia citada no item acima compreende a recuperação ou substituição e transporte de/para o local de entrega dos materiais, às expensas da **CONTRATADA**, dos materiais objeto do presente **CONTRATO**, bem como de qualquer dos seus componentes, que apresentem divergência de característica ou qualquer erro ou defeito de fabricação.

7.18.2 - A **CONTRATADA** deve garantir os produtos fornecidos à **CONTRATANTE**, substituí-los, quando os mesmos estiverem fora das especificações exigidas por esta última, e entregá-los conforme as exigências deste **CONTRATO**, assumindo todas as despesas necessárias para sua entrega ou substituição.

7.19 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** designarão prepostos com poderes para tomar as providências que couberem a cada uma das partes no âmbito do presente **CONTRATO**.

7.20 - As comunicações, pedidos de informações e/ou esclarecimentos entre as partes contratantes far-se-ão sempre por intermédio de correspondências ou mensagens eletrônicas (e-mails) entre os seus prepostos.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1 - São obrigações da **CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste **CONTRATO** e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I deste CONTRATO**):

8.1.1 - Fornecer o objeto do presente **CONTRATO** rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CONTRATANTE**.

8.1.2 - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais objeto do presente **CONTRATO**, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s).

8.1.3 - Avaliar e se manifestar quanto as eventuais modificações das quantidades ora contratadas, propostas pela **CONTRATANTE**, que não importem em variação do preço que será contratado, salvo nos casos previstos no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, quando for o caso.

8.1.4 - Atender prontamente quaisquer exigências da **CONTRATANTE** inerentes ao objeto do presente **CONTRATO**.

8.1.5 - Responsabilizar-se pelo transporte, descarrego e seguro dos materiais objeto do presente **CONTRATO**, devendo os mesmos ser entregues à **CONTRATANTE** em perfeitas condições de uso.

8.1.5.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas com reposição dos materiais fornecidos, visitas técnicas, transporte, descarga e manutenção corretiva.

8.1.5.2 - Substituir, sem custos adicionais, qualquer produto defeituoso, dentro do prazo estabelecido no item 7.10 da Cláusula Sétima do presente **CONTRATO**.

8.1.6 - Responsabilizar-se pela substituição, quando for o caso, dos produtos objeto do presente **CONTRATO**, que deverão ser feitos em locais determinados pela **CONTRATANTE**, no Estado do Rio Grande do Norte, na impossibilidade, obriga-se a **CONTRATADA** a ceder material equivalente, de sua propriedade, com capacidade no mínimo igual à do produto fornecido, em substituição ao mesmo.

8.1.7 - Responsabilizar-se diretamente pelo fornecimento dos materiais objeto deste **CONTRATO** e, conseqüentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros.

8.1.7.1 - Providenciar às suas expensas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente **CONTRATO** e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à **CONTRATANTE**.

8.1.7.2 - Manter a **CONTRATANTE** livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente **CONTRATO**, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

8.1.7.3 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8.1.8 - Preservar e manter a **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

8.1.9 - Cumprir as determinações contidas no presente **CONTRATO** e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

8.1.10 - Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela **CONTRATANTE**, quanto aos produtos fornecidos.

8.1.11 - Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis.

8.1.12 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste **CONTRATO**, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

8.1.13 - Cumprir com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal da República vigente, não empregando menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo os menores, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.1.14 - Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o **inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

8.1.15 - Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

8.1.16 - Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontrados pela **CONTRATADA** no presente **CONTRATO** ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

8.1.18 - Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte, equipamentos de proteção individual e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho, para a entrega dos materiais objeto do presente **CONTRATO**.

8.1.19 - Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas a e os Procedimentos Operacionais da **CONTRATANTE**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CONTRATANTE**.

8.1.20 - Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre os produtos contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

8.2 - São obrigações da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste **CONTRATO** e daquelas constantes do Termo de Referência (**Anexo I deste CONTRATO**):

8.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2 - Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no presente **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3 - Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontrados no fornecimento dos materiais, objeto do **CONTRATO**.

8.2.4 - Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de eventuais multas contratuais.

8.2.5 - Nomear representante, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela **CONTRATADA**, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2.5.1 - Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do **CONTRATO** por intermédio de empregados próprios designados para este fim.

8.2.6 - Verificar se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, está dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações deste **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.7 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.8 - Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para o fornecimento dos materiais contratados e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.9 - Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais contratados.

8.2.10 - Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** as Autorizações de Fornecimento (AF's) correspondentes.

8.2.11 - Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9 - CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:

9.1 - Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e recebimento do respectivo documento de cobrança pertinente (Nota Fiscal Eletrônica - NF-e), devendo este pagamento ser efetuado pela **CONTRATANTE** no **primeiro dia útil seguinte**, caso o citado 20º (vigésimo) dia corrido recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês.

9.1.1 - Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

9.1.2 - A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico xml.nfe@potigas.com.br.

9.1.3 - Nos documentos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA**, além das informações usuais (nome da empresa, CNPJ, local e data de emissão, número do documento de cobrança, etc.) deverão constar obrigatoriamente:

9.1.3.1 - Instruções para pagamento e quitação (Nome e código do banco, nome e código da agência e número da conta corrente da **CONTRATADA**, onde deverá creditar o valor correspondente);

9.1.3.2 - O número do respectivo **CONTRATO**, firmado com a **CONTRATANTE**.

9.2 - A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;
- e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.2.1 - A não apresentação dos documentos fiscais e certidões exigidas neste **CONTRATO**, a não confirmação de autenticidade desses documentos ou o não atendimento de quaisquer cláusulas deste **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, constituem motivo de rescisão e asseguram à **CONTRATANTE** o direito de aplicar as sanções previstas neste instrumento contratual.

9.3 - À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com a especificações técnicas e quantidade descritas neste **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas todas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos objeto do referido **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

9.4 - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.5 - A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

9.6 - O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido para tal, e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de **2%** (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de **0,30%** (três décimos por cento), até o limite de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.

9.7 - O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1 - A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte

e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.2 - Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.2.1 - Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2 - A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3 - As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo de Aditamento.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1 - A rescisão deste **CONTRATO** terá lugar de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, obedecendo às situações previstas nos incisos abaixo:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - A lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento, dos objetos licitados, por mais de **60 (sessenta) dias corridos**;

V - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no **EDITAL** e no **CONTRATO**;

VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pela fiscalização do **CONTRATO**, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IX - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

XI - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do **CONTRATO**;

XII - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o **CONTRATO**;

XIII - A supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do **CONTRATO** além do limite permitido no **§ 1º do artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes;

XIV - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a **120 (cento e vinte) dias**, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - O atraso superior a **90 (noventa) dias** dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;

XVIII - O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2 - A rescisão do **CONTRATO** poderá ser:

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**; e
- b) Judicial, nos termos da legislação.

11.2.1 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.3 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do Item 11.1 desta Cláusula, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) devolução de garantia, se houver;
- b) pagamentos devidos pela execução deste **CONTRATO** até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo da desmobilização, se houver.

11.4 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 - Serão aplicadas à **CONTRATADA**, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades conforme a seguir:

12.1.1 - Pelo **ATRASSO** injustificado na entrega dos materiais, objeto do presente **CONTRATO**, após os prazos preestabelecidos neste **CONTRATO**, sujeitará a **CONTRATADA** a **MULTA MORATÓRIA ADICIONAL** de **2% (dois por cento)** e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de **0,3% (três décimos por cento)**, sobre o valor total dos materiais entregues com atraso, salvo se a justificativa do atraso for aceita pela **FISCALIZAÇÃO**.

12.1.2 - É fixado em **10% (dez por cento)** do valor total deste **CONTRATO**, o limite das **MULTAS MORATÓRIAS**, que por ventura vierem a ser aplicadas à **CONTRATADA**, convencionadas em razão do estabelecido neste instrumento.

12.1.3 - As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.1.4 - Atrasos injustificados na entrega dos objetos contratados, superiores a **60 (sessenta) dias**, consecutivos ou não, caracterizarão inexecução total ou parcial deste **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**.

12.2 - As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no presente **CONTRATO**, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas.

12.3 - Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO** a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as sanções descritas abaixo, conforme estabelecido no **artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016**:

- a) **ADVERTÊNCIA**, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) **MULTA**, na forma prevista neste instrumento contratual; e
- c) **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.3.1 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do item 12.3 poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, conforme estabelecido no **§2º do artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016**.

12.3.2 - Ocorrendo a inexecução de que trata o item 12.3, reserva-se à **CONTRATANTE** o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva inexecução contratual.

12.4 - No caso de descumprimento das obrigações contratuais, excetuadas as situações previstas no subitem 12.1.1, será aplicada multa compensatória no percentual de:

- a) **20% (vinte por cento)**, no caso de INEXECUÇÃO PARCIAL do **CONTRATO**, calculada sobre o valor dos materiais não entregues.
- b) **20% (vinte por cento)**, no caso de INEXECUÇÃO TOTAL do **CONTRATO**, calculada sobre o valor total do **CONTRATO** ou de instrumento equivalente.

12.5 - A **CONTRATADA** poderá apresentar **DEFESA PRÉVIA** para contestar a aplicação das sanções administrativas impostas pela **CONTRATANTE**, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de **10 (dez) dias úteis**, a partir da data do recebimento da respectiva notificação, caso em que a **CONTRATANTE** comunicará, em prazo hábil, a manutenção ou relevação (dispensa) da respectiva penalidade.

12.6 - A aplicação das sanções administrativas impostas à **CONTRATADA** é de competência exclusiva da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, cabendo à Diretoria Executiva desta última a decisão final sobre a aplicação das respectivas sanções, no respectivo processo administrativo competente, caso a **CONTRATADA** apresente a respectiva **DEFESA PRÉVIA**.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

13.1 - A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do presente **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** descritas no ANEXO III deste instrumento, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2 - A fiscalização será exercida por colaboradores, devidamente nomeado pela **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do **CONTRATO**, de tudo dando ciência à **CONTRATADA**, recusando os materiais que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas contratadas.

13.3 - A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de fatos dessa espécie não implicará em co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

13.4 - Quaisquer exigências da fiscalização deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**.

13.5 - A ausência ou omissão da fiscalização da **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste **CONTRATO**.

13.6 - As decisões e providências sugeridas pela **CONTRATADA** ou julgadas imprescindíveis, e que ultrapassarem a competência da fiscalização, deverão ser encaminhadas à autoridade superior, para a adoção das medidas convenientes.

13.7 - Os materiais, objeto do presente **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela **FISCALIZAÇÃO**, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.7.1 - Caso os materiais sejam entregues com atraso pela **CONTRATADA**, a fiscalização deverá aplicar as sanções administrativas, estabelecidas na Cláusula Décima Segunda deste **CONTRATO**.

13.8 - À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do **CONTRATO**.

13.9 - O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** deste **CONTRATO** que subscreverem ficam automaticamente designados.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO:

14.1 - As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3 - A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MATRIZ DE RISCOS:

16.1 - A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**).

16.2 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

16.2.1 - Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2 - A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda.

16.2.3 - O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1 - As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2 - As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

16.3.3 - Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1 - O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

16.4 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do **CONTRATO**, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ANEXOS:

17.1 - Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS
- ANEXO III - ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
- ANEXO IV - FORMULÁRIO PARA CADASTRO DE CONTA CORRENTE DA **CONTRATADA**

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas e do Gestor e Fiscais do **CONTRATO**, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Natal/RN, ____ de _____ de 2018.

PELA CONTRATANTE:

Nome
Diretor Presidente

Nome
Diretor XXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXXXXX

PELA CONTRATADA:

Nome
Responsável Legal
CPF/MF: XXX.XXX.XXX-XX

PELA FISCALIZAÇÃO:

Nome
Cargo:
Gestor do **CONTRATO**

Nome
Cargo:
Fiscal Titular do **CONTRATO**

Nome
Cargo:
Fiscal Técnico do **CONTRATO (quando houver)**

Nome
Cargo:
Fiscal Substituto do **CONTRATO**

TESTEMUNHAS:

1ª - _____
Nome
CPF/MF: XXX.XXX.XXX-XX

2ª - _____
Nome
CPF/MF: XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**SETOR DEMANDANTE**

Gerência de Tecnologia da Informação (GTI).

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para aquisição de desktops, notebooks, acessórios, periféricos e projetores, conforme ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO constante nesse documento.
- 1.2 O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.
- 1.3 Qualquer divergência entre este Termo de Referência e as especificações divulgadas no sítio do Comprasnet, prevalecerão as constantes neste termo.
- 1.4 Orçamento estimado está previsto na conta “PO 2018-2022 – Investimentos – Item 2.2 – Informática (softwares e hardwares)”, cujos recursos financeiros são oriundos de receita própria da Contratante, proveniente da venda de gás natural.

2. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A tecnologia da informação vem atuando de forma cada vez mais estratégica dentro das organizações, e isso se faz realidade por ser detentora e guardiã de uma das maiores riquezas de qualquer empresa, a informação.
- 2.2 Focado na missão e visão da POTIGÁS em ser reconhecida por sua excelência na gestão, superando as expectativas dos clientes e colaboradores, está sendo realizado este projeto no intuito de atendimento das soluções tecnológicas existentes e planejadas para a Companhia. Existem requisitos mínimos para os equipamentos que serão operacionalizados pelos colaboradores somando a produtividade dos mesmos, confiabilidade, segurança e credibilidade nas ações executadas dentro dos sistemas. Além de tirar a sobrecarga do suporte técnico, onde melhoraria a gestão operacional através de um parque totalmente padronizado e alinhado com o cenário atual.
- 2.3 Pelo tempo de uso de algumas estações de trabalho, temos alguns equipamentos que se tornaram obsoletos devido a evolução da tecnologia dos produtos no mercado e por não possuírem mais a garantia do fabricante, e assim não atendendo mais aos requisitos mínimos determinados pelas Normas, Políticas e Diretrizes de TI da Companhia.
- 2.4 Objetivando solucionar este problema, atualizando os equipamentos e garantindo a performance laboral dos funcionários, de forma a prover uma infraestrutura tecnológica de TI atualizada e compatível com as necessidades da POTIGÁS, estamos propondo este projeto de modernização de parte das estações de trabalho, extensão do suporte de garantia, além da aquisição de projetores, tendo em vista, neste último caso, a mudança para uma nova sede da Companhia, que terá inclusive um auditório com capacidade para 80 pessoas.
- 2.5 A Lei nº 13.303/2016, no inciso I do art. 47, determina que a Administração pode indicar marca ou modelo em decorrência de necessidade de padronização do objeto, o qual foi feito nesse Termo de Referência em alguns lotes, atendendo ainda as orientações da Lei nº 8.666/93, a qual determina que as compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização e à compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as

condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. Todo o parque de máquinas (desktops, notebooks e mini desktops) da Companhia Potiguar de Gás é composto por máquinas Hewlett-Packard, razão pela qual ela foi especificada nos lotes 1, 2, 3 e 4. Esta escolha também agiliza o processo de implantação, reduz os custos operacionais e simplifica as questões referentes ao suporte técnico e garantia, que será comum a todos os equipamentos e que contará com os mesmos prazos, no que será demonstrado que somente a adoção desta marca poderá satisfazer o interesse da Administração.

3. JUSTIFICATIVA PARA O REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 3.1 Como o objeto da contratação é a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para uso imediato na sede desta Companhia em Natal e em Mossoró, o regime de execução mais indicada é o de agrupamento do fornecimento **POR LOTE**, tendo em vista que os itens de cada lote são interdependentes, ou seja, a não contratação de um deles inviabiliza a contratação dos demais. O não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto conforme Súmula 247 - TCU/2007, onde este Termo de Referência reproduz todos os elementos necessários para aquisição dos equipamentos, com precisão e certeza do objeto a ser contratado.

4. JUSTIFICATIVA PARA O CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1 O critério de julgamento das propostas comerciais apresentadas pelas proponentes participantes do processo de aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para a POTIGÁS, será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, conforme art. 54, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016, haja a vista que é o mais adequado para o cenário atual da Companhia, pois possibilitará a contratação de todos os itens dos lotes por uma única empresa contratada, que deverá entregar os equipamentos conforme o presente Termo de Referência, atendendo ao princípio de padronização, impondo compatibilidade técnica e de desempenho e observando as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. Os computadores, por questões de compatibilidade, gerência, suporte e garantia, devem ser do mesmo fabricante, facilitando com isso a gestão de um único contrato por lote, por parte da Administração Pública.

5. JUSTIFICATIVA PARA OS QUANTITATIVOS CONTRATUAIS

- 5.1 O levantamento dos quantitativos contratuais foi realizado com base nos requisitos presentes nas Normas, Política e Diretrizes de TI da Companhia, bem como na necessidade de atender as demandas da Administração provenientes da nova sede da POTIGÁS.

6. REGIME DE FORNECIMENTO DO CONTRATO

- 6.1 O fornecimento dos bens se dará de uma só vez (integralmente) **POR LOTE**, mediante emissão da respectiva Autorização de Fornecimento (AF), que poderá contemplar um ou mais Lotes.

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 7.1 O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

8. INFRAESTRUTURA ATUAL DO PARQUE DE COMPUTADORES DA COMPANHIA

- 8.1 A POTIGÁS possui atualmente 100% de todo o seu parque de computadores e notebooks (em utilização pelos colaboradores) com a marca HP, que vem sendo adquiridos ao longo dos anos e hoje estão distribuídos conforme quadro abaixo:

	Modelo	Qnt	Aquisição	Garantia
(A)	HP Compaq Pro 6305 SFF (QZ710AV)	21	07/2013 (5 anos)	18/10/2016 (FORA DE GARANTIA)
(B)	HP EliteDesk 800 G1 SFF (C8N25AV)	07	02/2015 (3 anos)	12/05/2018 (A EXPIRAR)
(C)	HP ProDesk 600 G1 SFF (C8T87AV)	17	05/2015 (3 anos)	28/07/2019 (EM GARANTIA)
(D)	HP EliteDesk 705 G1 SFF (G0K53AV)	09	12/2016 (2 anos)	20/10/2019 (EM GARANTIA)
(E)	HP EliteDesk 705 G2 DM (L1X61AV)	04	12/2016 (2 anos)	16/12/2019 (EM GARANTIA)
(F)	HP Probook 6470b (A5H54AV)	08	07/2013 (5 anos)	20/07/2016 (FORA DE GARANTIA)
(G)	HP EliteBook 840 G1 (F5V06AV)	12	20/2015 (3 anos)	25/06/2018 (A EXPIRAR)
(H)	HP EliteBook 745 G2 (K1U27AV)	03	12/2016 (2 anos)	31/10/2019 (EM GARANTIA)

Tabela 1: Computadores e desktops em uso na POTIGÁS

- a) Todos os equipamentos possuem Sistema Operacional Windows 7 Professional;
- b) Os monitores utilizados hoje na Companhia são HP EliteDisplay E221 e para mantermos o padrão estético e visual do parque instalado estamos especificando um modelo similar para aquisição. O mesmo princípio está sendo obedecido para os periféricos.
- 8.2 O presente processo, no que tange à renovação do parque de computadores, se justifica pela necessidade de se manter a estratégia de atualização contínua da infraestrutura tecnológica de *hardware*, que está alinhada com o que determina a Política de Nivelamento da Infraestrutura de TI - NOR-08-01:
- 2.1 Das Estações de Trabalho Tipo Desktop [...]*
- 2.1.6 - Será considerado obsoleto o computador que tenha tempo de uso superior a 4 (quatro) anos.*
- 2.2 Das Estações de Trabalho Tipo Notebook [...]*
- 2.2.5 - Será considerado obsoleto o notebook que tenha tempo de uso superior a 4 (quatro) anos.*
- 8.3 Diante desta condição temos que os equipamentos A e F listados na Tabela 1 encontram-se obsoletos e, portanto, devem ser substituídos (Item 1 e 3 do Lote 1), pois como também determina a mesma Norma no seu item 1.1, deverá haver “uma estação de trabalho do tipo desktop para cada usuário” e “uma estação de trabalho do tipo notebook para cada ocupante de cargo de diretoria, de assessoria e de gerência”.
- 8.4 Para os equipamentos (B) e (G), que deverão entrar em obsolescência no próximo exercício financeiro de 2019, mas que já terão sua garantia extinta no presente ano, será necessário adquirir a extensão deste suporte (Item 8 e 9 do Lote 4) para manter os equipamentos cobertos pela garantia até completarem os seus 4 anos de uso.
- 8.5 Os Minidesks do Item 2, bem como os Projetores do Lote 5 deverão suprir a demanda por estes equipamentos na nova sede da Companhia, situada na Avenida Prudente de Moraes, 675, Tirol - Natal/RN, cujo contrato de aluguel consta sob o número 5-140-17.
- 8.6 Já os itens que compõem o Lote 2 formam um conjunto para ergonomia e serão utilizados com os notebooks da Companhia enumerados na alínea (G) da Tabela 1. Este kit proporcionará o conforto e as condições ideais de trabalho para os colaboradores que utilizam equipamentos do tipo notebook, pois buscam amenizar os riscos do aparecimento de doenças, priorizando a saúde e a qualidade de vida do colaborador, na medida em que proporcionam a ergonomia necessária para que os funcionários executem suas funções de forma adequada e saudável.

- 8.7 É necessário observar que esta configuração já é aplicada nos postos de trabalho dos membros da Diretoria, que utilizam os equipamentos listados na alínea H da Tabela 1, e que também está incluída no conjunto de equipamentos a serem adquiridos através do Item 3. Assim, além de proporcionar as condições ergonômicas adequadas aos usuários, a necessidade deste Lote de itens complementares se dá pelo fato de se ampliar estas mesmas condições de trabalho a todos os demais colaboradores que utilizam equipamentos do tipo notebook, proporcionando um ambiente equitativo no que se refere as ferramentas de trabalho disponibilizadas pela Companhia aos seus funcionários, e em atendimento à Norma Reguladora (NR-17) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- 8.8 Torna-se necessário esclarecer que a opção pelos modelos objeto desta contratação se baseia no fato de que o parque computacional instalado atualmente na Companhia, conforme listagem da Tabela 1, é composto 100% por produtos da marca HP e para manter esta característica, onde todos os equipamentos do parque compartilham a mesma plataforma base do hardware e software do fabricante, foram definidos modelos que utilizam as mesmas peças e os mesmos componentes eletrônicos dos equipamentos utilizados hoje na Companhia. Isto é essencial para a redução dos custos de implantação e de manutenção executados pela equipe técnica da Administração, além de que, manter a padronização do ambiente computacional existente, garante a preservação do conhecimento técnico adquirido na plataforma ao longo dos anos.
- 8.9 Esta possibilidade de indicação de marca e modelo para a aquisição de bens está prevista no Art. 47 da Lei 13.303/16, a saber:
- Art. 47. A empresa pública e a sociedade de economia mista, na licitação para aquisição de bens, poderão:*
- I - indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:*
- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*
- b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato;*
- 8.10 Também importa a condição de que a Companhia utiliza atualmente a plataforma do Microsoft System Center em conjunto com a ferramenta Microsoft MDT para o gerenciamento automatizado e uniforme das implantações e configuração dos sistemas e drivers dos equipamentos do parque, reforçando o fato de que a manutenção da homogeneidade do ambiente promoverá a redução do custo operacional, dada a restrita diversidade do hardware implantado e da familiarização da equipe técnica com a plataforma existente, o que elimina a necessidade de contratação de treinamento, reduzindo a zero a curva de aprendizagem e minimizando o custo total de propriedade, bem como obter vantagem com a agilidade na resolução de problemas.
- 8.11 Esta indicação não deverá inviabilizar a competição no certame, pois o mercado está repleto de fornecedores ou representantes comerciais aptos a comercializarem os produtos aqui definidos, como está demonstrado no processo de pesquisa de preços de mercado.
- 8.12 Assim, almejando atender os pontos destacados acima, esse projeto terá como foco a aquisição dos equipamentos do fabricante HP, os quais serão descritos referenciando os seus modelos/*part numbers* e, quando o caso assim o requerer, por informações adicionais.
-

9. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Lote	Item	Descrição Resumida	Qnt
1	1	Desktop: a) Processador Quad Core com frequência base mínima de 3.8GHz + 16GB de memória DDR4-2400Mhz + 1TB de disco (Modelo de Ref. HP 705 G3 SFF); b) Gabinete no formato SFF, na cor preta para manter o padrão visual e estético com os demais equipamentos da Companhia; c) Sensor de detecção de intrusão e trava eletrônica; d) Mouse USB (Modelo de Ref. HP H4B81AA); e) Teclado USB com leitora de cartão (Modelo de Ref. HP USB SmartCard CCID Keyboard E6D77AA); f) Monitor com 21.5" <i>Widescreen</i> (Modelo de Ref. HP V225hz): - Resolução nativa mínima de 1920x1080 @ 60Hz; - Acompanhar cabo DisplayPort; - Devem seguir o mesmo padrão de cor (preto) do gabinete do item; g) Windows 10, com <i>downgrade</i> para o Windows 7 Professional 64 bits, pré-instalado; h) Todos os periféricos e acessórios que compõem este item devem ser do mesmo fabricante do item principal; i) Garantia: 04 anos <i>ON-SITE</i> para todo o conjunto.	21
	2	Minidesk: a) Processador Quad Core com frequência base mínima de 3Ghz + 16GB de memória DDR4-2400Mhz + 1TB de disco (Modelo de Ref. HP 705 G3 Minidesk); b) Gabinete no formato Mini, na cor preta para manter o padrão visual e estético com os demais equipamentos da Companhia; c) Mouse USB (Modelo de Ref. HP H4B81AA); d) Teclado USB Slim (Modelo de Ref. HP USB Keyboard PN 803181-201); e) Monitor com 21.5" <i>Widescreen</i> (Modelo de Ref. HP V225hz): - Resolução nativa mínima de 1920x1080 @ 60Hz; - Acompanhar cabo DisplayPort; - Devem seguir o mesmo padrão de cor (preto) do gabinete do item; f) Kit Cabo de Segurança específico para o gabinete do Minidesk (Modelo de Ref. HP Keyed Cable Lock 10mm T1A62UT): - Compatível com o Minidesk do Item; g) Windows 10, com <i>downgrade</i> para o Windows 7 Professional 64 bits, pré-instalado; h) Todos os periféricos e acessórios que compõem este item devem ser do mesmo fabricante do item principal; i) Garantia: 04 anos <i>ON-SITE</i> para todo o conjunto.	2
	3	Ultrabook: a) Processador Dual Core com frequência base mínima de 2.6 GHz + 8GB de memória DDR4-2133Mhz + 256Gb de disco SSD (Modelo de Ref. HP 840 G3); b) Windows 10, com <i>downgrade</i> para o Windows 7 Professional 64 bits, pré-instalado; c) Kit Teclado + Mouse padrão ABNT/ABNT2 Sem Fio (Modelo de Ref. HP LV290AA): - A tecla til (~) deverá ser independente, ou seja, para ser acionada, não deverá necessitar de teclas acessórias como o Shift ou FN; - A tecla acento circunflexo (^) deverá ser a mesma do til (~), e para ser	3

		<p>acionada deverá necessitar apenas da tecla assessória Shift;</p> <ul style="list-style-type: none"> - O teclado deve conter por padrão a tecla Ç de maneira independente; - Pilhas compatíveis inclusas; <p>d) Base de Acoplamento específica para o ultrabook deste item (Modelo de Ref. HP UltraSlim Docking Station D9Y32AA);</p> <p>e) Kit Cabo de Segurança específico para a Base de Acoplamento da alínea (d) deste item (Modelo de Ref. HP Master Keyed Docking Station Cable Lock);</p> <p>f) Monitor com 21.5" Widescreen (Modelo de Ref. HP V225hz):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução nativa mínima de 1920x1080 @ 60Hz; - Acompanhar cabo DisplayPort; - Devem seguir o mesmo padrão de cor (preto) dos equipamentos do item 1; <p>g) Mochila para transporte (Modelo de Ref. HP Business H5M90AA) Preta e Cinza;</p> <p>h) Todos os periféricos e acessórios que compõem este item devem ser do mesmo fabricante do item principal;</p> <p>i) Garantia: 04 anos ON-SITE.</p>	
2	4	<p>Base de Acoplamento Complementar (Dock Station) para notebook HP EliteBook 840 G1 (Modelo de Ref. HP UltraSlim Docking Station D9Y32AA)</p> <p>a) Para ser usado com os ultrabooks HP Elitebook 840 G1 existentes na Companhia (alínea G da tabela 1) e em conjunto com o Item 5 e 6 deste Lote 2;</p> <p>b) Kit Cabo de Segurança específico para o Dock deste item (Modelo de Ref. HP Master Keyed Docking Station Cable Lock);</p> <p>c) Todos os periféricos e acessórios que compõem este item devem ser do mesmo fabricante do item G da tabela 1;</p> <p>d) Garantia: 2 anos.</p>	12
	5	<p>Kit Teclado + Mouse padrão ABNT/ABNT2 Sem Fio Complementares (Modelo de Ref. HP LV290AA)</p> <p>a) Para ser usado em conjunto com o Item 4 e 6 deste Lote 2;</p> <p>b) A tecla til (~) deverá ser independente, ou seja, para ser acionada, não deverá necessitar de teclas assessórias como o Shift ou FN;</p> <p>c) A tecla acento circunflexo (^) deverá ser a mesma do til (~), e para ser acionada deverá necessitar apenas da tecla assessória Shift;</p> <p>d) O teclado deve conter por padrão a tecla Ç de maneira independente;</p> <p>e) Pilhas compatíveis inclusas;</p> <p>f) Devem ser do mesmo fabricante dos demais itens do lote;</p> <p>g) Garantia: 2 anos.</p>	15
	6	<p>Monitor com 21.5" Widescreen Complementares (Modelo de Ref. . HP V225hz)</p> <p>a) Para ser usado em conjunto com o Item 4 e 5 deste Lote 2;</p> <p>b) Resolução nativa mínima de 1920 x 1080 @ 60Hz;</p> <p>c) Acompanhar cabo DisplayPort;</p> <p>d) Devem ser do modelo e fabricante dos monitores constantes nos itens do Lote 1</p> <p>e) Devem seguir o mesmo padrão de cor (preto) dos equipamentos do item 1;</p> <p>f) Garantia: 4 anos ON-SITE.</p>	12
3	7	<p>Kit Cabo de Segurança Complementares (Modelo de Ref. HP Keyed Cable Lock 10mm T1A62UT) para HP EliteDesk 705 G2 DM</p> <p>a) Para ser usado nos HP EliteDesk 705 G2 DM (alínea E da tabela 1)</p>	4

		<p>existentes na Companhia;</p> <p>b) Deverá ser do mesmo fabricante do equipamento Minidesk e especificamente projetado para este equipamento;</p> <p>c) Deve constar na documentação do fabricante do Minidesk como compatível com o equipamento.</p>	
4	8	<p>Extensão de garantia para desktops HP EliteDesk 800 G1 SFF C8N25AV</p> <p>a) Para ser usado nos HP EliteDesk 800 G1 SFF C8N25AV (alínea B da tabela 1) existentes na Companhia;</p> <p>b) Período de 1 ano;</p> <p>c) A garantia atual dos equipamentos foi iniciada em 12/02/2015 e possui término previsto para 12/05/18 (HP HW Maintenance Onsite Support).</p> <p>d) Tipo de garantia esperada:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Care Pack <p>e) Tipo de serviço esperado:</p> <ul style="list-style-type: none"> * HWM Onsite <p>f) Nível de serviço esperado:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Std office hrs std office days * Standard * Next available tech resource o * Next available tech resource r * Country Coverage * Standard Configuration * Standard Material Handling * Enhanced Parts Logistics * No Special Coverage * No usage Limitation * 48-Hours Repair Time * No Specified Response Time * No specified Restoration Time <p>g) Entregas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * HW Problem Diagnosis * Material * Onsite Support 	7
	9	<p>Extensão de garantia para ultrabook HP EliteBook 840 G1 F5V06AV</p> <p>a) Para ser usado nos HP EliteBook 840 G1 F5V06AV (alínea G da tabela 1) existentes na Companhia;</p> <p>b) Período de 1 ano;</p> <p>c) A garantia atual dos equipamentos foi iniciada em 22/05/2015 e possui término previsto para 25/06/18 (HP HW Maintenance Onsite Support).</p> <p>d) Tipo de garantia esperada:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Care Pack <p>e) Tipo de serviço esperado:</p> <ul style="list-style-type: none"> * HWM Onsite <p>f) Nível de serviço esperado:</p> <ul style="list-style-type: none"> * Std office hrs std office days * Standard * Next available tech resource 	12

		<ul style="list-style-type: none"> * Next available tech resource * Country Coverage * Standard Configuration * Standard Material Handling * Standard * No Special Coverage * No Limitation * No specified Restoration Time * Next Coverage Day * No Specified Response Time <p>g) Entregas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * HW Problem Diagnosis * Material * Onsite Support 	
5	10	<p>Projektor Tipo 01</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tipo de lâmpada/fonte de luz: Philips de 195 W substituível pelo usuário; - Lúmens ANSI (máx.>): 3.200 lúmens ANSI (máx.); - Taxa de contraste: 2.200:1 típica (Full On/Full Off); - Taxa de proporção: 4:3; - Resolução nativa: SVGA (800 x 600); - Tamanho da tela - diagonal: 27,5 a 252,4 polegadas; - Cores: 1,07 bilhão; - Lente F-Stop: F/2,41 a 2,55; - Distância focal: f = 21,8 mm a 24 mm; - Deslocamento de lente: 115 ± 5%; - Taxa de projeção: 1,95 (zoom mínimo) a 2,15 (zoom máximo); - Duração da lâmpada em horas (vida útil da fonte de luz): Até 5 mil (Modo normal) / Até 6 mil (Modo ecológico); - Áudio multimídia: Um alto-falante de 2 W; - Distância da projeção: 1,2 m ~ 10 m; - Frequência de SincH: 15 kHz a 100 kHz; - Frequência de SincV: 50 Hz a 85 Hz; - Dimensões e Peso; - Peso: 2,4 kg (5,4 lb); - Dimensão (L x P x A): 314,4 mm x 223,5 mm x 87,6 mm; - Inclinação: Roda de ajuste de inclinação frontal (-5o~5o); - Segurança do projetor: Slot de segurança Kensington - Proteção por senha; - Opções de montagem: Frontal/traseira/teto/mesa; - Energia: 1 energia CA (Corrente Alternada); - HDMI: 1 HDMI 1.4a; - Entrada de áudio (3,5 mm): 1 entrada de áudio (3,5 mm); - Saída de áudio (3,5 mm): 1 saída de áudio (3,5 mm); - Entrada VGA: 1 entrada VGA D-Sub; - Saída VGA: 1 saída VGA D-Sub; - Vídeo composto: 1 RCA de vídeo composto; - RCA de vídeo composto; - USB com alimentação: 1 USB-A com alimentação (5 V/1,5 A); - Fonte de alimentação: CA universal de 100 a 240 V e 50 a 60 Hz com entrada PFC; - Consumo de energia: Modo normal: 245 W ± 10% a 110 VCA / Modo 	2

	<p>econômico: 200 W \pm 10% a 110 VCA / Modo de espera: = 0,5 W;</p> <ul style="list-style-type: none"> - É indispensável a apresentação de marca/fabricante e modelo na proposta eletrônica. <p>Garantia: 2 anos de garantia do hardware com serviço de troca e 1 ano de garantia da lâmpada.</p>	
11	<p>Projektor Tipo 02</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cores de exibição: 1,07 bilhão de cores; - Lumens ANSI (máx.): 3.800; - Taxa de contraste: 2.200:1, típica (Full On/Full Off); - Modo de alto contraste 10.000: 1; - Taxa de proporção: 16:10; - Resolução nativa: WXGA (1.280 x 800); - Ajuste de keystone: Vertical automático; - Alto-falante multimídia integrado: 1 x 10 W; - Tipo de lâmpada/fonte de luz: Philips 260 W substituível pelo usuário; - Lâmpada substituível pelo usuário: Carregamento inferior; - Vida útil da lâmpada/fonte de luz: Até 3 mil 1 (típica) / Até 5 mil 1 (ecológico); - Taxa de projeção: 1,28 (largura) a 1,536 (distância); - Tamanho da tela - diagonal: 0,92 m ~ 9,21 m (36,2" ~ 362,7"); - Distância de projeção: 1,2 m a 10 m (3,94 pés a 32,81 pés); - Portas de E/S Alimentação: 1 de energia CA; - Entrada do computador: 1 entrada VGA D-Sub; - Saída do computador: 1 saída VGA D-Sub; - Entrada e vídeo: 1 RCA de vídeo composto; - USB: 1 mini USB-B; - Entrada de áudio: 1 entrada de áudio (3,5 mm); - Saída de áudio: 1 saída de áudio (3,5 mm); - Entrada HDMI: 2 HDMI 1.4a; - Saída de 5 V/1,8 A: 1 USB-A (saída de 5 VCC/1,8 A); - Porta RS232: 1 RS232 (D-Sub de 9 pinos); - Porta RJ45: 1 RJ45; - Controle Remoto; - Acessório compatível de Suporte de Montagem do Projetor no Teto, da mesma marca e compatibilidade do Projetor. - É indispensável a apresentação de marca/fabricante e modelo na proposta eletrônica. <p>Garantia: 2 anos de garantia do hardware com serviço de troca e 1 ano de garantia da lâmpada.</p>	1

10. REQUISITOS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 DOCUMENTAÇÃO, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES (REFERENTE AO LOTE 01)

- a) O equipamento proposto deverá constar da lista de compatibilidade Microsoft Windows Catálogo para o sistema operacional Windows 7 e apresentar o comprovante, a fim de demonstrar que o equipamento funcionará de maneira adequada com o sistema operacional que o acompanha.

- b) Deverá ser apresentado o *Microsoft Gold Certified Partner* do fabricante do microcomputador ofertado.
- c) O sistema operacional (S.O.) deverá ser entregue com *downgrade* para o Windows 7 Professional 64 bits instalado (idioma Português BR), devidamente licenciado, bem como os drivers instalados. Deverá acompanhar mídia com recurso de recuperação (*recovery*) contendo a imagem do S.O.
- d) A proponente deverá apresentar declaração do fabricante, declarando que é solidária e que a mesma possui credenciamento do fabricante para fornecimento do produto.

10.2 **GARANTIA E SUPORTE (REFERENTE AO LOTE 01)**

- a) Os prazos de garantia não poderão ser inferiores a 04 (quatro) anos *on-site* para todo o conjunto;
 - b) A comprovação da garantia dos itens do Lote 1 deverá ser de domínio público ou através de documentação oficial do fabricante, não sendo aceitas declarações do fornecedor para fins de comprovação da mesma que por ventura conflitem com catálogos, manuais, folders, etc.
 - c) A cobertura do suporte dos equipamentos deverá ser em regime 8/5 (oito horas por dia, 5 dias por semana).
 - d) O início do atendimento pelo suporte deverá ocorrer no prazo de 16 (dezesesseis) horas úteis, contadas a partir da solicitação feita pela POTIGÁS. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento.
 - e) O término do reparo ou troca do equipamento deverá ocorrer no prazo de 80 (oitenta) horas úteis, contado a partir do início do atendimento. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento.
 - f) Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para *download* no *website* do fabricante do equipamento.
 - g) O fabricante do equipamento deverá possuir um sistema atendimento de suporte técnico via telefone 0800.
 - h) Deverá acompanhar o conjunto completo de cabos e acessórios, necessários ao funcionamento perfeito de todas as funcionalidades exigidas.
 - i) Todos os componentes dos equipamentos devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da manutenção técnica pelo próprio fabricante quando solicitada.
 - j) Todos os componentes do equipamento deverão ser compatíveis entre si, com o conjunto do equipamento e com suas funcionalidades, sem a utilização de adaptadores, fresagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
-

- k) Os equipamentos deverão ser acompanhados de solução de recuperação, do mesmo fabricante do equipamento ofertado ou certificado por ele, possibilitando a restauração da configuração original de fábrica do equipamento além de geração de mídias de recuperação (*recovery*).

10.3 CERTIFICAÇÕES DE DECLARAÇÕES (TODOS OS ITENS)

- a) As licitantes deverão apresentar descrição detalhada dos equipamentos ofertados e anexar a respectiva documentação técnica para comprovação das especificações técnicas mínimas, minudenciando na proposta eletrônica a marca, modelo, tipo, *part number*, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos ou folhetos. A proposta que não cumprir o disposto neste item será desclassificada.
- b) O número de série de cada equipamento deve ser único, afixado em local visível na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à assistência técnica e garantia no Brasil.
- c) Os equipamentos devem ser acondicionados em embalagens originais do fabricante, desenvolvidas para o produto, de modo a garantir um transporte seguro em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas, além de possibilitar o armazenamento e estocagem de forma segura.
- d) Os equipamentos deverão ser novos (todas as peças e componentes presentes nos equipamentos) e de primeiro uso.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 11.1 O **CONTRATO** terá vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, sem prejuízo do cumprimento dos serviços de garantia estipulados nas descrições dos lotes.

12. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS

- 12.1 Os itens deverão ser entregues na sede da POTIGÁS, conforme endereço: Av. Brancas Dunas, 485, Candelária, CEP 59.064-720, Natal/RN.
- 12.2 Os Itens deverão ser entregues, em remessa única, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da confirmação de recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento (AF), a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico através do endereço de e-mail informado pela Contratada em formulário de cadastro.

13. GARANTIAS

- 13.1 A contratada deve arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à POTIGÁS ou a terceiros.

14. PENALIDADES

- 14.1 A recusa injustificada do fornecedor em assinar o **CONTRATO**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecidos pela Administração, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-as às penalidades legalmente estabelecidas.
- 14.2 Atrasar injustificadamente a entrega dos objetos contratados, após os prazos preestabelecidos no **CONTRATO**, sujeitará a contratada a multa de 2% e juros diários de 0,30%, incidentes sobre o valor dos itens com atraso, além de atualização do débito pelo IGP-DI, ou outro índice do Governo Federal que venha a substituí-lo, até a data da efetiva quitação;
- 14.3 As justificativas, devidamente fundamentadas, aceitas pelo GESTOR e pelo FISCAL do **CONTRATO**, poderão anular a incidência das multas ou outras penalidades previstas.
- 14.4 Caso haja condenação judicial da Administração Pública Estadual a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas da responsabilidade da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** aplicará a **MULTA COMPENSATÓRIA** de **10% (dez por cento)** sobre o valor total contratado, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis e observando-se o devido processo legal.
- 14.5 É fixado em **20% (vinte por cento)** do valor total deste **CONTRATO**, o limite das **MULTAS MORATÓRIAS**, que por ventura vierem a ser aplicadas à **CONTRATADA**, convencionadas em razão do estabelecido neste instrumento.
- 14.6 Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir o respectivo **CONTRATO**, poderá a **CONTRATANTE** aplicar à **CONTRATADA** **MULTA COMPENSATÓRIA** de **100% (cem por cento)** do valor do débito eventualmente atribuído à **CONTRATANTE**, em razão do inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias da **CONTRATADA**.
- 14.7 O pagamento das **MULTAS** aqui estabelecidas não exonerará a **CONTRATADA** da obrigação de restituir à **CONTRATANTE** do valor que for imposto a esta última, por força de eventual condenação solidária, proferida pela Justiça do Trabalho ou pelas Instâncias Administrativas competentes.
- 14.8 As **MULTAS** aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, serão descontadas de qualquer documento de cobrança já em processamento na **CONTRATANTE** e dos que se seguirem, se for necessário, reservando-se a esta última o direito de utilizar o meio adequado à cobrança e/ou a liquidação do respectivo débito.
- 14.9 As sanções administrativas aqui estabelecidas não excluem quaisquer outras previstas no presente **CONTRATO**, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento das condições aqui firmadas.
- 14.10 Pela inexecução total ou parcial do **CONTRATO** a Administração, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:
- ADVERTÊNCIA**, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
 - MULTA**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no **CONTRATO**;
 - SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos.
- 14.11 Ocorrendo a inexecução contratual, reserva-se à **CONTRATANTE** o direito de adotar a sanção administrativa que se apresentar como mais pertinente.
- 14.12 A **CONTRATADA** poderá apresentar **DEFESA PRÉVIA** para contestar a aplicação das sanções administrativas impostas pela **CONTRATANTE**, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de **10 (dez) dias úteis**, a partir da data do recebimento da respectiva notificação, caso em que a **CONTRATANTE** comunicará, em prazo hábil, a manutenção ou dispensa da respectiva penalidade.

14.13 A aplicação das sanções administrativas impostas à **CONTRATADA** é de competência exclusiva do representante legal da **CONTRATANTE**, cabendo à Diretoria Executiva desta última a decisão final sobre a aplicação das respectivas sanções, no respectivo processo administrativo competente, caso a **CONTRATADA** apresente a respectiva **DEFESA PRÉVIA**.

15. **DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:**

15.1 O pagamento será creditado em nome da Contratada em parcela única, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada em formulário de cadastro, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste documento e após o fornecimento do objeto da licitação, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, mediante apresentação, aceitação e atesto do FISCAL do **CONTRATO** nos documentos hábeis de cobrança.

15.2 Para execução do pagamento de que trata o subitem anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida em nome da POTIGÁS, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

15.3 O CNPJ do fornecedor constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta de preços e no **CONTRATO**.

15.4 Na descrição dos itens da nota fiscal a **CONTRATADA** deverá informar, além dos modelos, os respectivos *part numbers* ou números de produto apresentados na proposta.

15.5 A POTIGÁS não efetuará qualquer pagamento à contratada a título de adiantamento.

15.6 Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos fiscais de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução do **CONTRATO**.

15.7 A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet, ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a emissão das certidões que comprovam a regularidade da **CONTRATADA**, perante a Seguridade Social (INSS), FGTS, CNDT e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação.

15.8 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com os documentos de cobrança pertinentes, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.9 É responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da **CONTRATANTE** por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da **CONTRATADA** não se transfere à **CONTRATANTE**.

15.10 A não apresentação dos documentos fiscais de cobrança em conformidade com as legislação vigente e/ou a não confirmação de autenticidade desses documentos, asseguram à **CONTRATANTE** o direito de reter a parcela e até o total correspondente aos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, observada a legislação pertinente, até que sejam atendidas por esta última as exigências feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar quaisquer penalidades (multas, juros de mora e/ou taxas) à **CONTRATANTE** ou suspender a execução dos serviços objeto do respectivo **CONTRATO**, em decorrência dessas retenções.

- 15.11 A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.
- 15.12 Considerando que, na elaboração da proposta comercial pela **CONTRATADA**, foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre a prestação dos serviços contratados, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.
- 15.13 Se, durante o prazo de vigência do respectivo **CONTRATO**, ocorrer quaisquer dos seguintes eventos:
- Criação de novos tributos;
 - Extinção de tributos existentes;
 - Alterações de alíquotas;
 - Instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes.
- Serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.
- 15.14 O não pagamento dos documentos de cobrança apresentados pela **CONTRATADA**, sem justificativa, até a data do vencimento, desde que esta última não tenha concorrido para tal e esta não acate a justificativa da **CONTRATANTE**, sujeitará esta última, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ao pagamento do débito vencido, acrescido dos respectivos encargos financeiros, calculados levando-se em consideração **MULTA MORATÓRIA** de **2%** (dois por cento) e **JUROS DE MORA DIÁRIOS** de **0,30%** (três décimos por cento), até o limite de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da parcela paga em atraso.
- 15.15 O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.
- 16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DO CONTRATO**
- 16.1 A medição será realizada pela **FISCALIZAÇÃO** do **CONTRATO** mediante a entrega total do material conforme quantitativos e valores contratados.
- 16.2 O Termo de Recebimento Provisório será emitido pela **POTIGÁS** à **CONTRATADA** na entrega dos equipamentos, que serão recebimentos provisoriamente pelo **FISCAL** do **CONTRATO**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta comercial.
- 16.3 O recebimento definitivo dar-se-á mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, no prazo máximo de 5 dias úteis após o recebimento provisório dos equipamentos, prazo no qual serão conferidos pela **FISCALIZAÇÃO** todos os itens e suas conformidades com os requisitos constantes neste Termo de Referência, na proposta do fornecedor, no Contrato e em seus anexos.
- 16.4 Para a verificação técnica dos itens do edital, a **POTIGÁS** utilizará a documentação a ser entregue pela **CONTRATADA** e fará a análise física e lógica dos equipamentos. Nesta fase, caso a análise física, lógica e a documentação entregue pela **CONTRATADA** não comprove a especificação técnica do item solicitado neste termo, a **CONTRATADA** será convocada para comprovar o item solicitado através de seu corpo técnico.

- 16.5 A verificação técnica consistirá da análise das características técnicas de todos os componentes do equipamento, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelo fabricante. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site na Internet do fabricante juntamente com o endereço do site. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do licitante.
- 16.6 Serão recusados os equipamentos que não atenderem às especificações exigidas neste Termo de Referência.
- 16.7 Em caso de recusa de itens pela FISCALIZAÇÃO do **CONTRATO** que, porventura, estejam fora das especificações, deverá a contratada providenciar, às suas expensas, a troca ou substituição dos itens reprovados em um prazo máximo de 10 dias úteis após a comunicação.
- 16.8 A **CONTRATADA** deverá enviar a Nota Fiscal Eletrônica, representada pelo arquivo digital XML, relativa a cada um dos itens contratados, até o 2º (segundo) dia útil após a emissão do referido documento fiscal, para o endereço eletrônico ti@potigas.com.br, aos cuidados do FISCAL do **CONTRATO**.
- 16.9 É obrigação da **CONTRATADA** realizar acesso diário ao e-mail da empresa, informado no SICAF – Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal ou no comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) quando da retirada do edital, e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento das comunicações, notificações e solicitações enviadas eletronicamente pela **CONTRATANTE**, respondendo, por e-mail, dentro de até 5 (cinco) dias úteis, todas as correspondências emitidas pela contratante que tenham sido direcionadas ao preposto da contratada, prestando todos os esclarecimentos solicitados relativos às questões administrativas e financeiras do objeto do **CONTRATO**.
- 16.10 A indicação do preposto da **CONTRATADA** deverá constar formalmente no **CONTRATO**, juntamente com o número de telefone de contato e o seu endereço de correio eletrônico (e-mail).
- 16.11 O recebimento provisório ou definitivo dos produtos pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos, bem como na proposta comercial da **CONTRATADA**, posteriormente verificados.

17. MATRIZ DE RISCOS

- 17.1 Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação. A seguir é apresentado a listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença e a previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo, quando de sua ocorrência:
- a) Não há risco associado a execução do contrato que possa gerar impacto no seu equilíbrio econômico-financeiro, devido a previsão de fornecimento do produto em remessa única, no início da execução do contrato e também da realização do pagamento do valor contratado em única parcela.

Elaboração:

Leandro Pontes Medeiros
Técnico de Suporte em Informática
Matrícula 041014

Revisão:

Fábio Ronaldo B. Vilar de Queiroz
Gerente de Tecnologia da Informação
Matrícula 040204

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS

GRUPO 1							
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	CATMAT	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR PARCIAL (R\$) (C) = (A) X (B)
1	Desktop – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	21	66338	HP		
2	Minidesk – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	2	66338	HP		
3	Ultrabook – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	3	66338	HP		
VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):							

GRUPO 2							
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	CATMAT	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR PARCIAL (R\$) (C) = (A) X (B)
4	Base de Acoplamento Complementar (Dock Station) – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	12	150813	HP		
5	Kit Teclado + Mouse – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	15	61336	HP		
6	Monitor – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	12	150699	HP		
VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):							

GRUPO 3							
---------	--	--	--	--	--	--	--

**EDITAL E ANEXOS**

Página 50 de 57

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 4-014-18

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	CATMAT	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR PARCIAL (R\$) (C) = (A) X (B)
7	Kit cabo de segurança complementar – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	4	139343	HP		
VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):							

GRUPO 4							
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	CATMAT	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR PARCIAL (R\$) (C) = (A) X (B)
8	Extensão de garantia para desktops – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	7	66338	HP		
9	Extensão de garantia para ultrabooks – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	12	66338	HP		
VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):							

GRUPO 5							
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UD.	QTDE (A)	CATMAT	FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO (R\$) (B)	VALOR PARCIAL (R\$) (C) = (A) X (B)
10	Projektor tipo 01 – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	2	150675			
11	Projektor tipo 02 – conforme descrição resumida contida no ANEXO I	UN	1	150675			

**EDITAL E ANEXOS**

Página 51 de 57

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 4-014-18

VALOR TOTAL DO GRUPO: (SOMATÓRIO DA COLUNA "C"):

1. Declarar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega.

2. Informar ainda que a conta bancária da **CONTRATADA** é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, Conta Corrente _____ e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail _____.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de 2018.

Diretor ou representante legal – RG/CPF

ANEXO III - ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**1. DEFINIÇÕES:**

1.1 - **CONTRATO**: todo e qualquer ajuste entre a Companhia Potiguar de Gás (POTIGÁS) e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;

1.2 - **CONTRATADA**: pessoa física ou jurídica signatária de **CONTRATO** com a POTIGÁS;

1.3 - **CONTRATANTE**: entidade signatária do instrumento contratual, neste caso a POTIGÁS;

1.4 - **PREPOSTO**: funcionário representante da **CONTRATADA**, responsável por acompanhar a execução do **CONTRATO** e atuar como interlocutor principal junto à **CONTRATANTE**, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual, sem que exista a pessoalidade e a subordinação direta com a **CONTRATANTE**;

1.5 - **FISCALIZAÇÃO**: atividade exercida de modo sistemático pelo **CONTRATANTE** e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. É a atividade de maior responsabilidade nos procedimentos de gestão contratual, em que o Fiscal deve exercer um acompanhamento zeloso e diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a **CONTRATADA** vem respeitando a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade;

1.6 - **FISCAL OU GESTOR DO CONTRATO**: representante da **CONTRATANTE**, especialmente designado pela autoridade competente, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar a Companhia sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

1.7 - **FISCAL DO CONTRATO**: representante da **CONTRATANTE**, com capacidade técnica e conhecimentos sobre o objeto da contratação, para apoiar o Gestor do **CONTRATO** e acompanhar e fiscalizar a execução de Contratos ou de outros documentos hábeis;

1.8 - **GESTOR DO CONTRATO**: funcionário com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do **CONTRATO**, e que possua preferencialmente, conhecimentos sobre o objeto da contratação, para acompanhar a execução de Contratos e de outros instrumentos hábeis e promover as medidas necessárias ao alcance do seu objeto e no interesse da Companhia;

1.9 - **FISCAL SUBSTITUTO DO CONTRATO**: é o representante da **CONTRATANTE**, especialmente designado, para atuar como fiscal do **CONTRATO** nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

1.10 - **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO**: é o representante da **CONTRATANTE**, especialmente designado, para fiscalizar o **CONTRATO** quanto aos aspectos técnicos dos serviços ou materiais.

2. ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO:

2.1 - Zelar pela observância dos termos constantes do **EDITAL**, termo de referência ou equivalente, bem como dos Contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos ou dos serviços prestados e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;

- 2.2 - Cuidar das questões relativas à alteração do **CONTRATO** junto à Autoridade Superior, que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas pertinentes;
- 2.3 - Comunicar à unidade de acompanhamento, com a anuência da unidade demandante, quando aplicável, para abertura de nova licitação, antes de findo o estoque de bens e/ou a prestação de serviços e com antecedência exigida pela norma interna da Companhia;
- 2.4 - Comunicar à Autoridade Superior, sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- 2.5 - Atestar as medições conjuntamente com o Fiscal do **CONTRATO** e encaminhar o processo de pagamento para o ordenador de despesas, obedecendo os prazos internos e contratuais para pagamento;
- 2.6 - Coordenar a atividade do Fiscal do **CONTRATO**, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- 2.7 - Comunicar à **CONTRATADA** e a Autoridade Superior, as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o **EDITAL** ou **CONTRATO** e com a Lei;
- 2.8 - Exigir somente o que for previsto no **CONTRATO**. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;
- 2.9 - Cuidar das alterações de interesse da **CONTRATADA**, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;
- 2.10 - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração do **CONTRATO** pela **CONTRATANTE**;
- 2.11 - Coordenar pesquisas mercadológicas, executadas pelo Fiscal do **CONTRATO**, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, quando necessário, a unidade de acompanhamento por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- 2.12 - Alimentar os sites do Governo, os sistemas informatizados da Companhia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive sempre quando cobradas/solicitadas;
- 2.13 - Negociar o **CONTRATO** sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;
- 2.14 - Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- 2.15 - Documentar nos autos todos os fatos dignos de nota;
- 2.16 - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à **CONTRATADA**, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da **CONTRATADA**, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

3. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO:

- 3.1 - Conhecer o inteiro teor do **CONTRATO** a ser fiscalizado e seus eventuais aditivos, inclusive as especificações contratadas e demais características do objeto (sendo este de fornecimento ou de serviço);
- 3.2 - Anotar em registro próprio (Registro de Ocorrências) todas as ocorrências relacionadas à execução do **CONTRATO**, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e informando ao Gestor do **CONTRATO** aquelas que dependam de providências;
- 3.2.1 - Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no Diário de Obras;
- 3.3 - Esclarecer dúvidas do preposto/representante da **CONTRATADA** que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes as questões que ultrapassarem a sua competência;
- 3.4 - Antecipar-se a solucionar problemas que possam afetar a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- 3.5 - Formalizar os entendimentos com a **CONTRATADA** ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;
- 3.6 - Notificar a **CONTRATADA** em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação, para que as condições contratuais sejam restabelecidas imediatamente ou para que apresente justificativa por escrito, com prazo determinado em Lei, informando das possíveis aplicações de sanções previstas nos Contratos;
- 3.6.1 - Mantida a irregularidade ou caso a **CONTRATADA** não apresente defesa prévia nos prazos estabelecidos ou a justificativa apresentada não seja acatada pela Fiscalização, esta deverá notificar o Gestor do **CONTRATO** para instauração de processo administrativo de penalidade, acompanhado dos seguintes documentos, quando couber:
- a) Notificações realizadas pela Fiscalização à **CONTRATADA**;
 - b) Comprovantes de recebimento das comunicações e notificações à **CONTRATADA**;
 - c) Defesas prévias e justificativas apresentadas pela **CONTRATADA**, no caso de notificação de possíveis aplicações de sanções contratuais por parte da **CONTRATANTE**;
 - d) Mensagens eletrônicas enviadas/recebidas – com comprovação de recebimento ou concordância da **CONTRATADA** – com identificação de origem/remetente;
 - e) Encaminhamento pela fiscalização do **CONTRATO**, das notificações e defesas prévias, quando houver, aos ordenadores de despesa (Diretores) da **CONTRATANTE**;
 - f) Despachos relativos a aplicação de sanções por parte dos ordenadores de despesas da **CONTRATANTE**;
 - g) Outros documentos relacionados que comprovem o fato.
- 3.6.2 - Caso a **CONTRATADA** apresente defesa prévia, a fiscalização do **CONTRATO** deverá encaminhá-la ao superior imediato (Gerente/Assessor) para decisão quanto a aplicação das sanções;
- 3.6.3 - A **CONTRATADA** poderá ainda apresentar RECURSO quanto da decisão do superior imediato, neste caso, a fiscalização do **CONTRATO** deverá encaminhá-lo à Diretoria Executiva da Companhia para análise e decisão final com relação à aplicação das sanções.
- 3.6.4 - Comunicar à **CONTRATADA**, da aplicação de penalidades após decisão final proferida pela autoridade competente;
- 3.7 - Fiscalizar a manutenção, pela **CONTRATADA**, das condições de sua habilitação e qualificação, procedendo a com solicitação dos documentos necessários à avaliação, quando necessário;

3.8 - Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

3.9 - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de **CONTRATO** e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação aos prazos ali previstos;

3.9.1 - Para os Contratos que possuam designação de Fiscal Técnico, este será o responsável por aprovar as especificações dos materiais ou serviços contratados;

3.9.2 - Nos contratos cujo Fiscal Técnico não vier formalmente designado e o Fiscal Titular sentir a necessidade de certificação técnica dos serviços executados e/ou fornecimento de materiais pela **CONTRATADA**, este deverá requisitar um profissional da **CONTRATANTE** da área, quando houver, para atestar juntamente com ele, a execução do serviço ou enquadramento do material ao objeto contratado.

3.10 - Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

3.11 - Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

3.12 - Controlar o saldo do **CONTRATO** em função do valor da fatura, de forma a atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas decorrentes do esgotamento prematuro dos recursos contratados;

3.13 - Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, mediante Termo Circunstanciado de Recebimento, quando não for designada Comissão de Recebimento ou outro colaborador;

3.14 - Realizar as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar os respectivos documentos fiscais/cobrança;

3.15 - Verificar a execução do objeto contratual, receber as Faturas/Notas Fiscais, formalizar a atestação dos documentos fiscais e encaminhar as cópias, nos devidos prazos, ao Gestor do **CONTRATO**, em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

3.15.1 - Receber e encaminhar as cópias das Faturas/Notas Fiscais, até o 6º (sexto) dia do mês subsequente ao da medição, à Gerência Financeira da **CONTRATANTE**, e quando se tratar de material para o estoque, encaminhar também uma cópia da Nota Fiscal, devidamente atestada, à Gerência Administrativa e de Suprimentos da **CONTRATANTE**, observando previamente se a Fatura/Nota Fiscal apresentada pela **CONTRATADA**, se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

3.15.2 - Ao atestar a fatura/nota fiscal, a Fiscalização do **CONTRATO** está declarando que o serviço ou material a que ela se refere foi satisfatoriamente prestado ou fornecido e que o seu valor está em conformidade com o Termo Contratual;

3.16 - Devolver a Fatura/Nota Fiscal à **CONTRATADA** quando:

- a) Não tenha cobertura contratual;
- b) Não esteja compatível com os saldos e prazos contratuais;
- c) Não esteja acompanhado de todos os documentos legais e comprobatórios do fornecimento do bem ou do serviço ou obra; e,

d) Conflite com os dados do Boletim de Medição.

3.17 - Encaminhar os boletins de medição, originários dos Contratos em que é Fiscal, para pagamento à Gerência Financeira da **CONTRATANTE**, com no mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes do vencimento. As exceções serão analisadas pelo Gerente Financeiro em comum acordo com a Diretoria Administrativa e Financeira;

3.18 - Verificar se nos Boletins de Medição (BM's), nas Autorizações de Fornecimento (AF's), nas Cartas de Autorização de Serviços (CAS's) e nas Ordens de Compra (OC's) constam, obrigatoriamente, a assinatura do Diretor da área e o prazo de pagamento;

3.19 - Observar e obedecer rigorosamente aos prazos de pagamento estabelecidos nos **CONTRATOS**, bem como o vencimento dos boletos de cobrança (quando houver);

3.20 - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

4. COMPETÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À CONTRATADA:

4.1 - Após a devida instauração de processo administrativo de penalidade, compete:

4.1.1 - Ao Fiscal do **CONTRATO**: notificar a **CONTRATADA** informando as situações de descumprimento de cláusulas contratuais, as possíveis sanções administrativas e o direito de apresentar **DEFESA PRÉVIA**, para contestar a aplicação das sanções administrativas impostas pela **CONTRATANTE**, bem como realizar os cálculos das multas, conforme previsão contratual;

4.1.2 - Ao Gestor do **CONTRATO**: decidir acerca da aplicação de sanção administrativa à **CONTRATADA**, e analisar a **DEFESA PRÉVIA** apresentada pela mesma, decidindo pela manutenção ou relevação (dispensa) da respectiva penalidade;

4.1.2.1 - Cabe ao Gestor do **CONTRATO** validar os cálculos dos valores das multas levantados pelo Fiscal, em observância ao previsto no **CONTRATO**.

4.1.3 - À Diretoria da **CONTRATANTE**: a decisão final para aplicação da penalidade à **CONTRATADA**, quando a Fiscalização do **CONTRATO** não decidir pela relevação (dispensa) da respectiva penalidade.

**EDITAL E ANEXOS**

Página 57 de 57

PREGÃO ELETRÔNICO**Nº 4-014-18****ANEXO IV
FORMULÁRIO PARA CADASTRO DE CONTA CORRENTE DA CONTRATADA****À COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**

Av. das Brancas Dunas, nº485, Candelária, Natal/RN, CEP 59.064-720.

Pelo presente, autorizamos que os créditos em meu favor, na qualidade de fornecedor dessa Companhia, sejam efetuados em minha conta corrente, de acordo com os dados abaixo mencionados.

Razão Social/Nome:			
Nome Fantasia:			
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Cidade:	Estado:	CEP:	
Telefone (DDD):	Fax:	Caixa Postal:	
Inscrição Estadual:		Inscrição Municipal:	
E-mail:			
<input type="checkbox"/> Indústria	<input type="checkbox"/> Comércio	<input type="checkbox"/> Prestador de Serviços	<input type="checkbox"/> Órgãos/Entidades
Tipo de Sociedade:			
<input type="checkbox"/> Órgão Federal <input type="checkbox"/> Economia Mista <input type="checkbox"/> S.A. <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> Microempresa <input type="checkbox"/> MEI			
Descrição do Objeto Contratado: O presente tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de informática (desktops, notebooks, acessórios, periféricos e projetores), conforme especificações e quantitativos constantes no edital e em seus anexos.			

Preencha a conta corrente referente ao mesmo CNPJ e Razão Social OU Nome e CPF informados acima.

A conta corrente para Pessoa Jurídica deve corresponder ao CNPJ e para Pessoa Física ao CPF.

Informações bancárias incorretas acarretarão a devolução do pagamento pelo Banco.

Banco Nº:	Incluir nº do Banco conforme cadastro no Banco Central.		
Agência Nº:	DV:	Incluir nº da Agência e nº do dígito verificador, quando houver.	
Conta Corrente Nº:	DV:	Incluir nº da Agência e nº do dígito verificador.	

Saliento que os créditos realizados para a conta corrente bancária acima mencionada, dispensará qualquer documento de quitação, bem como toda informação contida neste formulário é de nossa inteira responsabilidade.

_____, ____ de _____ de 2018.

Diretor ou Representante Legal
RG/CPF